

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIOGRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MAURÍCIO REIS NOTHEN

POLÍTICA DE DEFESA E CAPACIDADES MILITARES DO IRÃ

Porto Alegre
2011

MAURÍCIO REIS NOTHEN

POLÍTICA DE DEFESA E CAPACIDADES MILITARES DO IRÃ

Monografia apresentada ao
Departamento de Ciências Econômicas
da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em
Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Marco
Aurélio Chaves Cepik

Porto Alegre
2011

MAURÍCIO REIS NOTHEN

POLÍTICA DE DEFESA E CAPACIDADES MILITARES DO IRÃ

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik

Aprovada em ____ de _____ de 2011.

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik - UFRGS

Prof. José Miguel Quedi Martins - UFRGS

Prof. Érico Esteves Duarte - UFRGS

Porto Alegre
2011

EPÍGRAFE

“Nunca mais oh bomba atômica
Nunca em tempo algum, jamais
Seja preciso que mates
Onde houve morte demais:
Fique apenas tua imagem
Aterradora miragem
Sobre as grandes catedrais:
Guarda de uma nova era
Arcanjo insigne da paz!”

- Vinicius de Moraes

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Rosana, por me ensinar o amor incondicional. Ao meu pai, Roberto, por me ensinar o valor de cada momento de amor compartilhado. Aos meus irmãos Carlos, Henrique e Guilherme, por me ensinarem a fraternidade. A todos meus familiares, pelo apoio, pelo amor e pelo exemplo.

À UFRGS pela oportunidade de formação gratuita. À funcionária Fabiana, pela dedicação. Aos docentes da universidade, em especial aos professores, Marco Cepik, pelo crédito, Zé Miguel, pela controvérsia, Érico Esteves pelo pragmatismo, todos essenciais para a concretização deste trabalho. Aos colegas, pelo companheirismo no caminho.

Aos todos os amigos, sejam de colégio, de faculdade, de Bamberg, de Banco, de Heinz, de SEINFRA, ou de quaisquer outras circunstâncias, pelos momentos vividos, pelos copos virados, pelas alegrias e dores compartilhadas, e sobretudo pela amizade pura e simples.

À Laura pelo amor, compreensão, mensagens, e carinhos; e, pelo essencial incentivo na elaboração, e auxílio na correção deste trabalho.

RESUMO

A política de defesa, sua estrutura, e suas estratégias refletem o arranjo institucional dualista do país, e foram reformuladas após a guerra Irã-Iraque com objetivo de manter o país independente e influente na região do Golfo. Frente o constrangimento financeiro, a forma encontrada para alcançar esses objetivos e a modernização das forças armadas foi o desenvolvimento de capacidades militares não-convencionais (nuclear). O vácuo anterior a plena capacidade nuclear evidenciou que a estratégia nuclear acabou por fragilizar a segurança nacional no curto prazo, ao invés de aumentá-la. O recrudescimento das ameaças externas ao regime, e a fragilidade pontual das capacidades militares convencionais iranianas, levaram o país a recuar e novamente buscar a reformulação de sua política de defesa.

ABSTRACT

The defense policy e its structure and its strategies reflect the countries' dual institutional arrangement, and were formulated after the Iran-Iraq war objecting to maintain the countries' independence and influence in the Gulf. Facing financial constrains, the options to reach these objectives and modernize the military forces was the development of non-conventional military capabilities (nuclear). The gap preceding the plain nuclear capability ended up weakening the national security in the short run, instead of improving it. The growing external threats to the regime, and the punctual weakness of the Iranian conventional military capabilities, led the country to retrieve and pursue the reformulation of its defense policy.

LISTA DE SIGLAS

AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
EUA	Estados Unidos da América
GCC	Gulf Cooperation council – Conselho de cooperação do Golfo
ICBM	Intercontinental Ballistic Missile – Míssil Balístico Intercontinental
IRGC	Islamic Revolutionary Guard Corps – Guarda Revolucionária Islâmica
LEF	Law Enforcement Forces – Força de Implementação da Lei
NPT	Non-Proliferation Treaty – Tratado de não Proliferação Nuclear
ONU	Organização das Nações Unidas
SAVAK	Sāzemān-e Ettlā'āt va Amniyat-e Keshvar - Organização de Inteligência e Segurança Nacional
UE	União Europeia
EU-3	Alemanha, França e Reino Unido

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Arranjo institucional do Irã.....	23
Mapa 1. Localização dos Sítios Nucleares do Programa Iraniano.....	50
Figura 2. Situação propensa à Guerra Preventiva.....	53
Figura 3. Situação de Guerra Preventiva com presença de proliferação nuclear..	53
Gráfico 1. Gastos Militares Nominais do Irã comparados.....	61
Gráfico 2. Gastos Militares em Percentual do PIB.....	61
Gráfico 3. Preço Médio do Petróleo bruto no Mercado Internacional.....	62
Gráfico 4. Gastos Militares Nominais em Milhões de Dólares.....	71
Gráfico 5. Gastos Militares em Percentual do PIB.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Produtividade Média do Urânio por estágio de Enriquecimento.....	51
Tabela 2. Inventário das Forças Armadas do Irã.....	65
Tabela 3. Inventário comparado dos atores atuantes no Golfo Pérsico.....	74

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivos	10
1.2 Justificativa	11
1.3 Hipótese	12
1.4 Metodologia	14
1.5 Síntese da História Persa	15
2 O REGIME ISLÂMICO E A POLÍTICA DE DEFESA	18
2.1 O Regime Fundamentalista Islâmico e Instituições Políticas	18
2.2 A Estrutura Institucional Dual da República Islâmica	22
2.3 A Reestruturação da Política de Defesa e Forças Armadas no Pós-Guerra Irã-Iraque	26
2.3.1 <i>Saldo da Guerra Irã-Iraque para a Política de Defesa</i>	26
2.3.2 <i>Formulação da Política de Defesa</i>	28
2.3.3 <i>Estrutura e Subdivisão</i>	31
2.3.4 <i>Estratégias de Segurança em relação aos EUA</i>	32
2.4 Teoria de Complexos Regionais de Segurança	36
3 A NUCLEARIZAÇÃO DO IRÃ	39
3.1 Debate Aumento x Decréscimo de Segurança	39
3.2 O Programa Nuclear Iraniano	46
3.3 O Vácuo entre Nuclearização e Capacidade Nuclear Efetiva	52
3.4 Possibilidades de Intervenção	57
4 AS CAPACIDADES MILITARES CONVENCIONAIS DO GOLFO	60
4.1 As Capacidades Militares do Irã	60
4.1.1 <i>Gastos Militares do Irã</i>	60
4.1.2 <i>Inventário de Capacidades Militares do Irã</i>	64
4.2 As Ameaças Externas à Segurança do Irã	68
4.2.1 <i>Os Gastos Militares dos Atores do Golfo</i>	70
4.2.2 <i>O Inventário dos atores do Golfo</i>	73
4.3 Reflexos das Capacidades Militares do Golfo à Segurança do Irã	77
5 CONCLUSÃO	80
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objetivos

O objetivo deste trabalho é o estudo da formulação iraniana de sua política de defesa. Dentro deste conceito estão inseridos fatores diversos que compõem a integralidade da defesa, portanto, eles serão divididos e analisados separadamente. Primeiro, é fundamental entender como se compõe a estrutura política do país, suas instituições, o caráter dual do regime, e o processo de mudança na formulação de sua política de defesa, ocorrido principalmente ao longo das duas últimas décadas - leia-se a reformulação observada após a Guerra Irã-Iraque. A reformulação da política de segurança visando à modernização e à adequação das capacidades militares às necessidades do país, culminando, frente à escassez de recursos, na gradativa migração dos investimentos em defesa, das capacidades militares convencionais para as capacidades não convencionais, explicitamente nucleares, é um fenômeno extremamente peculiar, com objetivos teóricos e práticos claros a serem discutidos adiante, porém com conseqüências ainda controversas em um futuro próximo.

Tendo em vista esta guinada nos rumos na política de defesa do Irã, a evolução de suas capacidades militares convencionais, se tornam – de forma paradoxal ao investimento do país nas mesmas – fundamentais para o entendimento das relações com os seus vizinhos e sua colocação estratégica na região. Isto porque, como veremos adiante, na visão preponderante sobre a proliferação tanto de Sagan quanto de Waltz (2003), existe um momento de vácuo no processo de proliferação nuclear, em que o país ainda não dispõe dos meios táticos para efetivo emprego das armas de destruição em massa, logo, depende das capacidades convencionais para sua defesa contra países que visam evitar a obtenção das mesmas (SAGAN; WALTZ, 2003 p. 18, 59-60). Este é um ponto fundamental no trabalho, portanto uma investigação debruçada sobre estes dados, tanto das capacidades convencionais do Irã quanto de seus vizinhos, notadamente Arábia Saudita e Israel, bem como a possível interação entre as mesmas, leia-se guerra, faz-se pertinente para melhor entender o jogo de forças

em andamento no Oriente Médio e seus possíveis desdobramentos. Isto não implica na assertiva que a guerra é um subproduto necessário do objeto estudado, visto que a formulação estratégica de todos os países em foco, e em especial EUA e Israel levam em conta diversas outras condicionantes e possibilidades estratégicas.

A interação conseqüente do paradoxo exposto constitui a base sobre a qual a pesquisa se sustenta de forma progressiva. A questão da proliferação nuclear permeará integralmente a pesquisa, pois, afinal, é um dos principais elementos catalisadores da instabilidade no Golfo, especialmente ao longo dos últimos anos. Por outro lado, a nuclearização do Irã não é, de fato, a variável principal e definidora da polaridade regional, isso porque o emprego de armas de destruição em massa neste conflito regional se apresenta como uma opção pouco provável e possivelmente muito perigosa para a sanidade do próprio país, levando em conta a retaliação internacional que tenderia a causar. Justamente por isso, as capacidades militares convencionais ganham posição de destaque neste estudo, frente às capacidades nucleares, pois são elas que, em virtude do agravamento do conflito, poderiam mais provavelmente ser empregadas.

1.2. Justificativa

O Oriente Médio, e em especial o subsistema do Golfo Pérsico, caracteriza-se como uma região marcada por um longo período de instabilidade política, permeada por constantes conflitos étnicos, religiosos e de interesses, calcados na sua posição estratégica no globo e suas abundantes fontes energéticas, essenciais para o modo de vida e para a produção da sociedade contemporânea. O permanente jogo político e disputa pela hegemonia da região não se configuram em uma novidade em si, porém, os recentes desdobramentos da estratégia de defesa do Irã inserem novos elementos neste complexo cenário de interação entre os principais atores intra e extrarregionais.

As disputas que envolvem o delicado equilíbrio de forças na região são, por conseqüência, fundamentais para a política internacional. Muito longe de ficar restrita aos atores regionais envolvidos, ela impacta e interessa de forma integral às grandes potências, bem como às potências emergentes e de forma geral a todos os demais atores internacionais. A militarização da região adiciona novas

condicionantes às relações entre os estados adjacentes, e por isso, caracteriza tema de grande relevância para todo o globo, sendo passível de estudos mais aprofundados, com o fim de desfraldar suas reais magnitudes, relevância histórica e conseqüências imediatas.

A possível inserção de mais um estado ao restrito grupo de países nuclearizados é por si só um fato relevante para a comunidade internacional. Tratando-se do Irã e do frágil equilíbrio regional supracitado, o tema ganha contornos mais contundentes, pendendo para resultados mais calamitosos, como inclusive a possibilidade de uma intervenção armada. Caracteriza assim um importante tema a ser abordado, ser aprofundado, e ampliado na discussão acadêmica.

Um possível conflito armado na região entre os atores envolvidos em um futuro próximo é plausível, não pode ser descartado, e, por isso, torna-se um importante cenário a ser estudado. Isto porque tal conflito representaria no mínimo um severo impacto sobre o abastecimento e preços do petróleo no mercado mundial. Em um cenário mais extremo, este conflito poderia até mesmo causar o fechamento do Estreito de Hormuz, principal gargalo de transporte marítimo do Golfo Pérsico, causando a interrupção de acesso aos maiores produtores mundiais de petróleo e afundando o globo em uma grande crise de fornecimento energético. Portanto, a análise das capacidades militares dos países da região se torna fundamental na avaliação das forças envolvidas, e dos possíveis cenários futuros.

Obviamente, este trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema, até por se tratar de algo vasto e complexo, mas objetiva sim constituir uma visão apurada e construtiva no sentido de ampliar o entendimento e discussão acerca das questões que permeiam o trabalho.

1.3. Hipótese

Centralmente, uma mudança na formulação da política de defesa do Irã principiou com o final da Guerra Irã-Iraque, onde a fragilidade do modelo implantado até então foi evidenciada pelos altos custos e esforços despendidos

no conflito. A partir deste momento, o reaparelhamento das forças armadas e a modernização das mesmas viraram a prioridade das políticas. Entre os fatores que dificultaram a implementação das melhorias vislumbradas salienta-se o tímido desempenho econômico do país nas últimas décadas, o que propiciou ao Irã uma reflexão sobre as alternativas de obtenção dos fins de sua política de defesa. Eisenstadt defende que a ênfase à nuclearização das capacidades militares surgiu como alternativa menos custosa para obtenção dos supracitados fins de defesa, e por isso, apresentou-se como prioridade do estado (EISENSTADT, 2001, p. 3). Em termos empíricos, isso representaria principalmente a equiparação a Israel e a obtenção de uma modalidade de armas aquém do alcance da Arábia Saudita e demais países muçulmanos da região – salvo o Paquistão.

Os novos rumos desta política de defesa tenderam ao desvio os recursos militares do país do setor de capacidades militares convencionais para o setor de capacidades militares não convencionais – no caso, nucleares. Em uma política de defesa de dissuasão nuclear ofensiva. Objetivamente, isso promove, tendo em vista a escassez dos recursos, a deterioração e defasagem das capacidades convencionais, que, como abordado adiante, não foram renovadas no ritmo desejado do pós-guerra Irã-Iraque no fim da década de 1980.

As razões internas e externas que incentivaram o Irã a pender para a busca de um arsenal militar nuclear são arroladas adiante. Para a hipótese, no entanto, mais relevante do que os objetivos em si, são o processo de nuclearização e suas conseqüências. O vácuo que o processo de proliferação nuclear estabelece, no momento em que o país ainda não dispõe dos meios táticos para efetivo emprego das armas nucleares, torna-se relevante frente aos fatos citados. Tendo isso em vista, a priorização da nuclearização das capacidades militares em detrimento às capacidades militares convencionais iranianas cria um paradoxo preocupante para os interesses de defesa deste Estado. Este dilema securitário acompanhou o país ao longo da década de 2000, e presentemente põe sua estratégia de defesa em xeque, podendo pender para uma nova situação de reformulação e retração estratégica frente às ameaças internacionais e o decréscimo de segurança observado.

Empiricamente explicitando, com o fim de impedir que o Irã alcance seu objetivo de construir armas nucleares, uma guerra com capacidades militares convencionais pode eventualmente ser travada no supracitado hiato, e as capacidades iranianas tendem, neste caso, a se mostrarem potencialmente ineficazes em alguns aspectos. Ou seja, ao mesmo tempo em que os investimentos em capacidades nucleares visam possibilitar ao país um meio de ultrapassar suas dificuldades estruturais de defesa, as mesmas podem, e tendem, a provocar ataques externos preventivos contra o país, diminuindo ao invés de aumentar, em módulo, sua segurança no curto e médio prazo. O trabalho, apesar de levar as hipóteses de ataque ao país em consideração, não advoga que os mesmos acontecerão, mesmo porque não pretende analisar as prioridades estratégicas dos possíveis agressores. Desta forma o trabalho pretende analisar possíveis riscos e consequências destas ameaças para a política de segurança do Irã.

1.4. Metodologia

O trabalho caracteriza-se como uma exploração da situação e do desenvolvimento da política de segurança no Irã, especificamente quanto ao redirecionamento do paradigma de capacidades militares convencionais, para a busca de capacidades não convencionais – nucleares –, portanto trata-se de um estudo de caso baseado na experiência iraniana. Os dados colhidos serão de duas naturezas metodológicas. Primeiramente ligados ao objeto específico, caracterizando um estudo em parte qualitativo: de aprofundamento na experiência observada no país. Tendo como base a literatura consagrada de estudos de proliferação nuclear, ligada especialmente às correntes Realistas e Neorrealistas. E, conjuntamente analisando da política de defesa com análise de relatórios de institutos e autores especializados no tema.

Em sua continuação, com a análise de dados quantitativos referentes às capacidades militares, formar-se-á um panorama da atual situação quanto aos investimentos no setor militar, sua eficácia, volume, e inventários, que permitem inferir comparações, e até mesmo delineamentos de possíveis cenários. Fontes primárias e jornalísticas são marginalmente utilizadas, e não compõem o escopo principal de dados para a análise e a formatação do trabalho.

Desta forma, a investigação pretende, por meio do processo explicativo, tirar as conclusões esperadas através de uma análise profunda desta situação particular. Esmiuçando o caso iraniano e sua experiência na região, analisar-se-ão as hipóteses lançadas, visando transpor as conclusões observadas para um nível mais amplo de aplicação ou formulando bases para a verificação de comportamentos análogos em outras regiões e países. Para tanto, pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica como meio condutor do estudo.

Pesquisas documentais diretas dos países também deveriam ter parte no processo, porém, constituem uma fragilidade, visto o difícil acesso às mesmas, tanto por questões de confidencialidade quanto da própria dificuldade de acesso direto ao material, e até mesmo de tradução. Desta forma, e como já explicitado nos objetivos, a pesquisa pretende ter, não só cunho exploratório, mas também explicativo do conteúdo abordado, buscando encadear e dialeticamente interpretar os dados, de modo a buscar conclusões pertinentes sobre o tema desenvolvido.

1.5. Síntese da História Persa

A República Islâmica do Irã constituiu-se durante a Revolução de 1979, que, em seu próprio processo, só viria a tomar caráter religioso quando já se dirigia a seu desfecho. Porém, para analisar este país é necessário levarmos em conta seu vasto histórico anterior a revolução, anterior mesmo ao nome Irã, enquanto este ainda constituía a Pérsia.

A formação da civilização persa remonta quase cinco mil anos atrás, mas a efetiva unificação do império data de 625 a.C. Sob o comando de figuras históricas como os imperadores Ciro, o Grande, Dario, e Xerxes, a Pérsia ampliou-se gradativamente até chegar ao seu apogeu. Por volta do ano 500a.C. a Pérsia estendia seu território desde o Rio Indo no atual Paquistão até entrepostos já dentro da Grécia, tocando ao norte o Mar Negro, o Mar Cáspio e o antigo Mar das Ilhas ou Mar de Aral. Ao sul, sua influência adentrava o Egito e limitava-se na Arábia Saudita, tendo mesmo assim acesso ao Mar Mediterrâneo, Mar Vermelho e Golfo Pérsico, obviamente.

Constituía, desta forma, uma ampla civilização tributária com um modo de produção asiático - ou tributário - de grande expressão, que se estendia literalmente, na geografia contemporânea, da Europa à Ásia. Esta reflexão sobre as raízes civilizatórias do povo iraniano são importantes para compreender a imagem que o próprio país tem de si. A significância histórica e a grandeza que o país (império) representou para toda a região permanecem como traços marcantes na sua percepção de estado, bem como sua função como tal na região. O Irã atual, porém, não é a Pérsia, pelo menos no sentido de império grandioso como outrora fora, mas continua comprometido com ideal persa de projetar influência em todas as direções (Khanna, 2008, p. 299-300).

Recapitulando concisamente a história do país até a contemporaneidade, vale ressaltar que a partir do século XV foi instituída pela primeira vez uma monarquia islâmica e xiita no país. Apesar das investidas imperialistas inglesas, francesas e russas, no século XIX, o país pagou com perdas territoriais sua pretensa autonomia, e nunca chegou a ser anexado como colônia, Mesmo contando com a presença inglesa, especialmente no Baluquistão, e francesa, junto ao Turcomenistão, dentro de seu território. Já em 1906 a Revolução Constitucional logrou transformar a monarquia Qajar (que já tinha perfil modernizador) em uma monarquia constitucional, contando inclusive com um parlamento. Esta revolução teve fundamental importância para a formação do debate interno sobre a soberania e seu depositário, como abordado a seguir.

A partir de 1925 temos um golpe interno que inaugurou a dinastia Pahlevi, que perduraria até 1979. Nesta época, o país já se constituía em um exportador de petróleo, e o Xá Reza Khan tratou de aproximar o país do Ocidente e industrializá-lo. Em 1935, Reza Kahn Pahlevi rebatizou o país de Irã para enfatizar sua origem ariana. A ocupação do país pelo Exército Vermelho desencadeou várias décadas de manobras entre a Rússia e o Ocidente, incluindo a substituição do Xá por seu filho Mohammed Reza Pahlevi, em 1953, uma tentativa de golpe comunista executada pelo Tudeh, um golpe apoiado pela CIA contra o primeiro-ministro nacionalista Mossadegh (com pano de fundo a nacionalização do petróleo), em 1953; e a criação, com apoio da CIA e da Mossad, do serviço de segurança SAVAK (Khanna, 2008, p. 300). Neste

contexto, o regime do Xá, aliado dos EUA, aproveitou-se, na década de 1970, da alta do petróleo para aparelhar militarmente o país e manter a virtuosidade, aos olhos externos, de seu regime.

Internamente, porém, o regime do Xá apresentava características cada vez menos adequadas às necessidades da sua sociedade em fase de modernização e crescimento urbano. A dura repressão que o regime impunha à população, especialmente por meio do SAVAK, e seu alinhamento incondicional às vontades ocidentais descontentavam a população, que ao mesmo tempo desejava maior participação e independência, mas temia a repressão do regime.

Verificou-se por fim o contrário do esperado pelo prepotente Xá, seu regime, apesar relativamente próspero, foi extinto na Revolução Islâmica de 1979, de acordo com Khanna:

“... o Xá alienou seu povo além de qualquer limite. Depois de um século de revoluções nacionalistas e comunistas, ocorreu no Irã, em 1979, a única grande revolução de inspiração religiosa no mundo moderno. A revolução era muito menos islâmica do que voltada contra a ordem existente, de modo que o fato de o aiatolá Khomeini ter afinal prevalecido na refrega entre nacionalistas e socialistas que disputavam o poder deixou os iranianos tão espantados quanto o restante do mundo. A revolução iraniana foi tão imprevisível exatamente porque era, na época, um estado forte e próspero, tendo o Xá, na verdade, se transformado numa espécie de Atatürk persa. Na década de 1970, o Irã tinha o mesmo PNB que a Espanha, e se comparava, com otimismo, à Alemanha (Khanna, 2008, p. 300).”

2. O REGIME ISLÂMICO E A POLÍTICA DE DEFESA

2.1. O Regime Fundamentalista Islâmico e Instituições Políticas

Como resultado da Revolução de 1979, o Irã viu surgir um regime político alternativo de feições democráticas e islâmicas paralelamente. A República Islâmica do Irã formou-se com base no fundamentalismo islâmico de orientação xiita. É interessante, para compreender a dinâmica social iraniana e não incorrer no erro de agregar vertentes políticas distintas no mesmo conceito, citar as três correntes políticas centrais do Islamismo, quais sejam: os tradicionalistas, que tendem a direcionar a prática islâmica a atividades culturais locais, aceitando formas externas de autoridade política (SADOWSKI, 2006, p. 218-219); os islamitas, que acreditam que estudiosos do Islã, congregando experiência não só dos textos sagrados, mas do empirismo mundano, têm voz ativa na interpretação da fé e na construção de instituições políticas e aceitam o mundo contemporâneo moderno, articulando a melhora deste mundo insatisfatório, através do Islã (SADOWSKI, 2006, p. 221-222) e os fundamentalistas, preponderantes no regime do Irã, que buscam livrar o Islã das práticas não muçulmanas, na busca de voltar à idéia original de Estado Islâmico proclamada pelo profeta, e concedendo o monopólio da interpretação religiosa a uma elite clerical treinada para tal (SADOWSKI, 2006, p. 220-221). Destas três correntes principais derivam diversos grupos e subcorrentes subsidiários. Como o exemplo do neo-fundamentalismo, por exemplo, uma variação provinda de camadas mais baixas, gerando uma interpretação mais áspera e vulgar do fundamentalismo, que deu origem ao Talibã no Afeganistão (RASHID, 2000 apud. SADOWSKI, 2006, p. 221).

O fundamentalismo islâmico iraniano tem como objetivo, desta forma, a configuração de uma sociedade baseada no conceito original de estado consagrado pelo próprio profeta. Destarte, apesar das leis do país não serem a própria Sharia, esta constitui a base e a fundamentação de todas as leis do país. A constituição é a peça jurídica central na composição do estado que fundamenta o governo islâmico. Ela combina o conceito de soberania popular e vontade divina, causando uma óbvia ambigüidade, mas que permite combinar instituições e direitos civis, como separação de poderes, e ao mesmo tempo, contemplar

restrições dentro da lei islâmica (JANE'S, 2009). Desta forma a república agrega em sua definição uma manifestação organizacional terceiro-mundista alternativa, com vertentes democráticas fortes de apelo popular permeados pelo ideário islâmico de sociedade ideal.

A reforma constitucional de 1989 reformulou alguns aspectos da constituição e eliminou o papel do primeiro-ministro. Por outro lado, não sanou as contradições do documento com a Sharia, nem a dualidade contida na definição do depositário da soberania, que permanece ambigualmente confirmada pelo povo, mas advinda da vontade divina (HASHEMI, 2010, p. 51).

O executivo do país estrutura-se de forma dualista. O Líder Supremo, cargo vitalício, é investido de autoridade máxima, eleito pela Assembléia de Peritos, constituída por 96 distintos clérigos eleitos a cada oito anos. O presidente, por outro lado, é eleito por meio do sufrágio universal, por maioria simples, e tem mandato de quatro anos, podendo ser reeleito uma vez por igual período (JANE'S, 2009).

O legislativo do país é composto duas câmaras. A Assembleia Consultiva Islâmica, conhecida mais amplamente como Majlis, funciona na prática como uma câmara de deputados e conta com 290 membros eleitos, com mandato de quatro anos. Dos Majlis eleitos em 2008 para a formação da 31ª assembleia, 195 são conservadores, 51 reformistas, 39 independentes e 5 das minorias. O Conselho dos Guardiões da Constituição funciona como um senado, que aprecia as ações da câmara baixa, e aprova ou devolve as deliberações para emendas. Este conselho não é eleito diretamente. Ele tem 12 membros, seis clérigos indicados pelo Líder Supremo e seis juristas indicados pelo Conselho Jurídico Supremo e aprovados pelos Majlis (JANE'S, 2009). Para mediar o conflito entre ambas as casas existe o Conselho de Discernimento, formado por políticos eméritos, que visa ser uma interface das casas.

O Judiciário, como mencionado, baseia-se na Sharia por meio da constituição. Suas instâncias máximas são a Suprema Corte, com 16 membros, e o Conselho Jurídico Supremo, formado por quatro membros. Juntos, os órgãos são responsáveis pela interpretação e supervisão das leis e estabelecimento de políticas legais e judiciais (JANE'S, 2009).

A organização política em partidos está prevista na constituição, além disso, assegura a minorias direito de participação política, inclusive aos judeus, exceto a minoria religiosa Bahai (peculiarmente, a mais numerosa). O país conta com um número altíssimo de organizações políticas, ultrapassando 100 cadastradas, porém nem todas formam efetivos grupos políticos, que, reunidos, dividem-se em duas grandes facções: os conservadores e os reformistas. Os conservadores são freqüentemente subdivididos em moderados e ultraconservadores.

Embora seja uma tentativa de agrupar de forma clara as correntes políticas do país, esta forma não reflete integralmente a composição do debate interno. Isto porque a estrutura cartelizada da política iraniana permite que vários grupos de interesses compitam entre si visando ganhos econômicos e políticos. O Estado é extremamente fracionado em posições específicas por assunto, de forma que um indivíduo pode ser considerado moderado em um assunto e ultraconservador em outro (GANJI, 2005, p. 3).

Desde a instituição da República Islâmica, o Irã só teve dois líderes supremos: o Aiatolá Ruhollah Khomeini, que se manteve à frente do país entre 1979-1989, moldando grande parte das instituições políticas e doutrinas do regime, e o Aiatolá Ali Khamenei, que anteriormente empossava o cargo de presidente, até a morte de Khomeini, quando foi eleito pela Assembleia de Peritos para o cargo, vencendo uma disputa acirrada com diversos outros clérigos, que inclusive questionavam sua qualificação religiosa (JANE'S, 2009). Apesar de conservador, Khamenei se mostra pragmático em muitas ocasiões na sua atuação política, focado na manutenção de seu poder.

O cargo de primeiro-ministro que existia desde o período monárquico acabou extinto em 1989, e o último ocupante do cargo foi Mir-Hossein Mousavi, político reformista, que após 20 anos de afastamento da política retornou em 2009 para concorrer à presidência contra Ahmadinejad, que acabou reeleito.

A presidência da República Islâmica foi brevemente ocupada pelos dois primeiros presidentes entre 1980 e 1981, mas Banisadr, o primeiro presidente, acabou sofrendo impeachment com menos de um ano no cargo. Seu sucessor, Rajai, foi assassinado, com pouco menos de um mês de posse. Após este início

político conturbado, o cenário equilibrou-se, e os quatro presidentes que seguiram, não só cumpriram o mandato, como foram todos reeleitos. Khamenei, como já mencionado, até 1989.

Akbar Rafsanjani, também conservador e pragmático – *a priori* –, foi presidente entre 1989 e 1997. Aos poucos, ele foi moderando sua posição política de forma que atualmente está em um grupo político da ala reformista. Hoje é presidente da Assembléia de Peritos (JANE'S., 2009).

Mohammad Khatami governou o país entre 1997 e 2005. Ele foi o primeiro presidente reformista eleito no país. As propostas reformistas de Khatami, como a abertura a investimentos estrangeiros, liberdade de expressão e valorização da sociedade civil, encontraram várias dificuldades dentro do próprio governo, e ao cabo de dois mandatos, a reforma expressiva esperada não foi alcançada.

Em 2005, Mahmoud Ahmadinejad, concorrendo como 3ª via nas eleições, com alto apelo popular e visão política conservadora, foi eleito presidente. As eleições de 2009 para presidente foram um episódio à parte. Hashemi argumenta que, temendo a derrota eleitoral, os conservadores promoveram um golpe eleitoral, barrando candidaturas reformistas, esvaziando suas plataformas e fraudando os resultados (HASHEMI, 2010, p. 50). Por outro lado, Petras esvazia esta posição, com o argumento de que de fato o governo Ahmadinejad continuava com seu apelo popular, especialmente por conta da ampliação de crédito, perdão de dívidas e aumento de salários, para respectivamente os trabalhadores, camponeses e burocratas. Na mesma direção, ele afirma que a presença externa em países vizinhos e violência nas fronteiras ampliaram o interesse nacional de um governo forte. E mesmo os estudantes universitários que protestaram após a eleição não podem ser considerados como uma voz uníssona, pois em grande parte não representavam toda a classe estudantil, mas interesses seletos, permeados de financiamento externo, por meio de ONGs internacionais (PETRAS, 2009, p. 1).

De qualquer sorte, após a onda de protestos que se seguiu à eleição e a restauração da ordem – com significativa contribuição de Khamenei – Ahmadinejad continuou seu segundo mandato à frente da presidência.

2.2. A Estrutura Institucional Dual da República Islâmica

Como referido anteriormente, a própria constituição iraniana estabelece uma estrutura institucional dualista. Esta estrutura política leva o país a conviver constantemente sob a tensão gerada entre o entendimento secular, republicano e democrático e o entendimento religioso. Como coloca Khanna:

“O sistema paralelo de governo dual, tentando reconciliar teocracia islâmica e republicanismo, gerou tensões que o país continua precisando enfrentar: os próprios iranianos recorrem a termos como poliarquia, oligarquia, semidemocracia e neopatrimonialismo para descrever o que é, ao mesmo tempo, um regime autoritário e, talvez, o país mais democrático da região, com eleições para presidente e para o parlamento, o Majlis” (Khanna, 2008, p. 301).

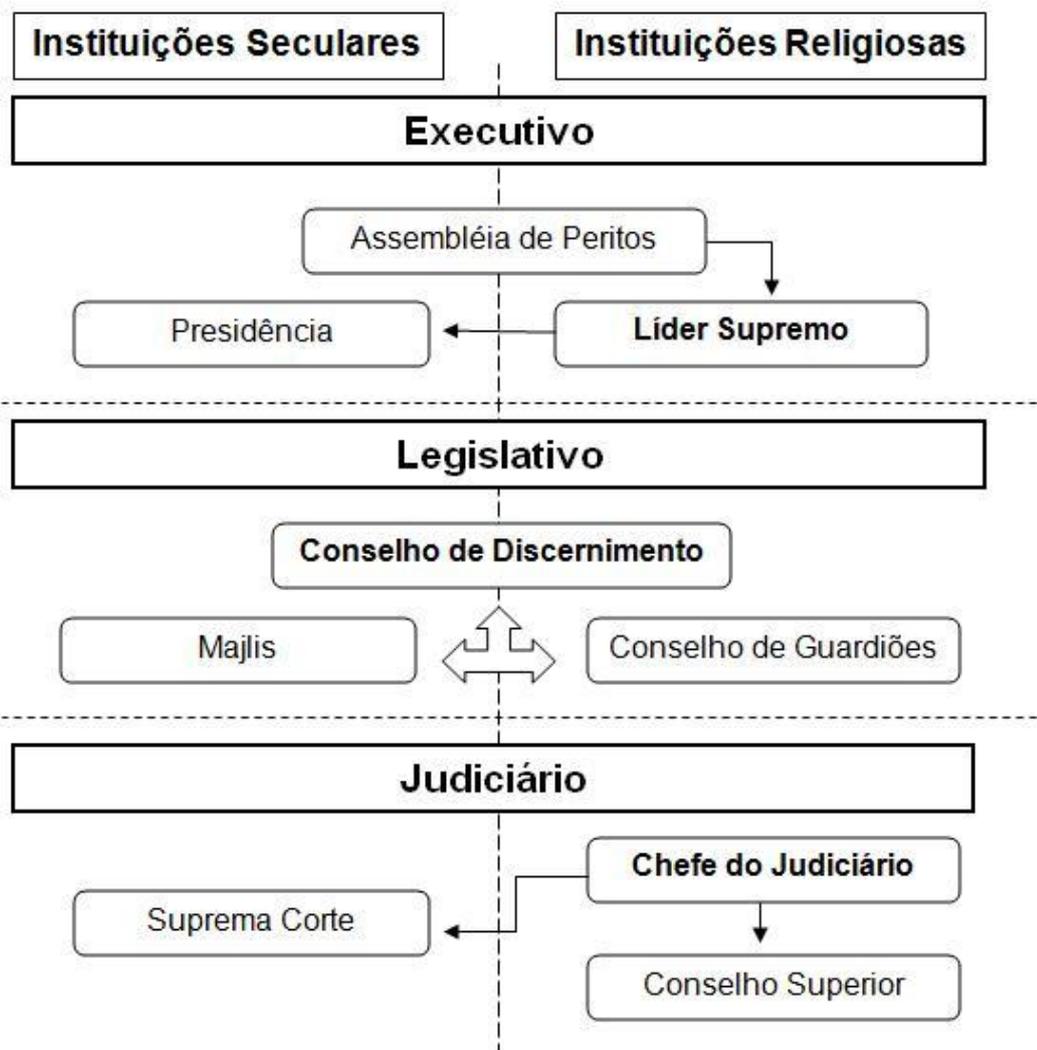
O caráter dual das instituições no regime islâmico foi nominado acima e está evidenciado na Figura 1. Por outro lado, o regime islâmico instituído a partir de 1979 não estabeleceu este caráter dual de forma arbitrária e unilateral. O caráter institucional dualista remete a um debate político interno que permeou todo o século XX e tem suas raízes na Revolução Constitucional de 1906.

Logo, inclusive o debate político atual entre Ahmadinejad e Mousavi remonta ao princípio do século XX, na Revolução Constitucional Iraniana de 1906-1911. À época, clérigos e constitucionalistas discutiam se um conselho de especialistas religiosos deveria ou não manter poder de veto sobre as deliberações parlamentares. Na ocasião, prevaleceu a opinião dos constitucionalistas, que foi mantida até a Revolução de 1979, onde novamente sob disputa, prevaleceu a visão religiosa conservadora (HASHEMI, 2010, pág. 50).

É importante ressaltar que o conceito de corrente política conservadora aplica-se como expressão da manifestação política interna da ala mais a direita. Não há juízo de valor associado à expressão, tampouco se pretende tecer comparações com outros regimes externos. Da mesma forma, não se pode negligenciar o perfil de apelo popular e nacional que a ala representa dentro do país, que contrasta de certa forma com a própria definição, mas que será

empregada na análise visando simplificar a denominação desta ala, visto que a expressão já é consagrada na literatura.

Figura 1: Arranjo Institucional do Irã.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O desenvolvimento democrático do Irã no último século segue um padrão de oscilações. A recente abertura através do presidente Khatami e o posterior recrudescimento do regime com os dois consecutivos governos de Ahmadinejad contribuem para a observância deste movimento errante, ora em direção a maior abertura democrática, ora em direção do autoritarismo. Historicamente, as fontes de autoritarismo no país foram a monarquia e o clero. A monarquia foi o bastião histórico do autoritarismo, remontando 2,5 mil anos até Ciro, o Grande. Na

contemporaneidade, o autoritarismo é frequentemente relacionado ao conservadorismo do clero islâmico xiita, que goza do monopólio da interpretação religiosa no país (HASHEMI, 2010, p. 51).

Levando isto em conta, é perceptível o importante papel e a predominância que o autoritarismo goza na história do país. No século XX, porém, podemos salientar quatro momentos em que tais forças autoritárias estavam, por diversas razões, enfraquecidas, e logo forças democráticas ascenderam: Revolução Constitucionalista (1906-1911), Mossadegh (1950-1953), Revolução de 1979 e no primeiro mandato de Khatami (1997-2001). Logo, na visão de Hashemi, o impasse político atual reflete a continuação do último período democrático

O legado da Revolução Constitucionalista é que, apesar de eventualmente os ganhos democráticos terem retrocedido, a estrutura para a democratização e constitucionalismo estabeleceu-se de forma permanente como referência ao debate até a Revolução de 1979. O tema da soberania, e sua posição adequada no sistema político iraniano, estabelece a conexão entre os dois eventos. Ainda hoje essa problemática permeia o debate dos campos políticos rivais.

As questões centrais levantadas no debate à época foram: primeiro, se as instituições seculares tinham legitimidade em uma sociedade islâmica, e segundo, onde se depositava a soberania política. O debate à época consagrou dois autores de visões distintas, citados até hoje na defesa de ambos os lados. O Aiatolá Na'ini endossava a posição constitucionalista, alegando que as posições constitucionalistas e democráticas não eram contraditórias ao Islã, ao passo que o Aiatolá Nuri pregava a supremacia da Sharia sobre a lei constitucional secular, pois deus, unicamente, seria o legislador, e suas leis deveriam ser entendidas e disseminadas pelo clero instruído. Ambas as visões permaneceram pertinentes e presentes nos discursos políticos e doutrinas ao longo do século XX (HASHEMI, 2010, p. 52-54).

Em 2009, após as eleições, Rafsanjani criticou a crise eleitoral, afirmando que sem o consenso das pessoas não poderia haver o sistema republicano islâmico, alegando que a democracia estava direta ou indiretamente ligada à escolha de todos os representantes do regime. Ele foi amplamente criticado pela ala conservadora do clero. O Aiatolá Yazdi (mentor religioso de Ahmadinejad), em

resposta, afirmou que Rafsanjani estava redondamente enganado, confundindo legitimação com popularidade, e que no Islã o governo é garantido por Deus, e não pelas pessoas. De fato, Yazdi logrou resumir o argumento central dos conservadores. Eles fazem distinção conceitual e moral entre legitimidade e aceitação do sistema político (HASHEMI, 2010, p.55-56). A base moral da legitimação da autoridade estaria fundada na divindade, porém a funcionalidade do sistema pertenceria à vontade popular para sua operação.

É fundamental compreender o impacto político real que esta discussão exerce sobre a estabilidade política do regime. O permanente choque entre os entendimentos concorrentes apropriam-se das ocasiões para validarem-se, renovando assim um debate crítico no que diz respeito à legitimação do próprio regime, frente a cada novo fato político em voga. Por outro lado, a falta de estruturas com aceitação unívoca justifica a preocupação do governo em manter sempre as instituições seculares de alguma forma submetidas a instituições religiosas. Ou seja, a fragilidade do regime acaba por justificar a necessidade de subjugação ativa das instituições para a segurança do próprio regime.

Assim como as principais instituições políticas iranianas, as forças armadas também foram divididas e seguem o padrão dual de modelagem. Na defesa, porém, a supremacia da Guarda Revolucionária Islâmica (adiante, IRGC) sobre as forças militares regulares não é explícita. Ela é sugerida na divisão de atribuições, na qual a IRGC é responsável não só pela segurança e manutenção do regime como por setores estratégicos, como o programa nuclear e os mísseis balísticos; como discutido a seguir.

Neste momento, a divisão das forças armadas é importante no debate sobre o equilíbrio e a manutenção do regime. A estrutura paralela de divisão entre Forças Armadas Regulares e IRGC data da Revolução de 1979, pois o regime novo desconfiava das forças armadas por sua tradicional relação com o Xá (EISENSTADT, 2001, p. 5-6). Disto se denota que, desde a fundação do regime fundamentalista, o Irã sofreria com o fantasma da insegurança e instabilidade interna, derivada da ameaça externa. Dessa forma, o país baseia todas as instituições políticas e também as forças armadas visando maximizar e garantir a segurança e manutenção do regime. Olhando pelo prisma revolucionário do

regime, o estado de exceção estabelecido para concretização da revolução parece perenizado na organização das instituições iranianas e em seu permanente receio quanto a ameaças tanto internas quanto externas¹.

2.3. A Reestruturação da Política de Defesa e Forças Armadas no Pós-Guerra Irã-Iraque

2.3.1. Saldo da Guerra Irã-Iraque para a Política de Defesa

A custosa e sangrenta Guerra Irã-Iraque, ou Primeira Guerra do Golfo, transformou de forma radical a visão iraniana sobre sua política de defesa. Em especial, a forma como se desenrolou a guerra ao longo de seus oito anos (1980-1988) fez com que o Irã refletisse e clareasse sua visão em relação a sua posição dentro da região e frente às grandes potências.

A ofensiva iraquiana, sob o pretexto de antigos litígios fronteiriços, que acobertava a intenção de aproveitar-se do momento de fragilidade iraniano (em virtude da recente revolução) para a ocupação do país – em especial as regiões produtoras de petróleo –, desencadearam o conflito entre os dois países.

No entanto, podemos claramente salientar o serviço que o Iraque prestava ao Ocidente ao tentar desmantelar o regime fundamentalista, revolucionário, antiimperialista islâmico que se instalara no país um ano antes, e que causava preocupações em relação à estabilidade e à presença ocidental na região. Soma-

¹ O sentimento de insegurança presente na política do país deriva, em grande parte das aversões externas ao regime, ao longo principalmente da década de 1980, e hoje em dia encabeçadas pelos EUA através da doutrina de Guerra ao Terror (GANJI, 2005, p. 11). As ameaças externas ao regime iraniano são vistas como palpáveis pelo mesmo. Seu longo histórico de desavenças com os EUA foi inaugurado ainda à luz da revolução, com a crise dos reféns americanos na embaixada em Teerã, entre 1979-1981 (GANJI, 2005, p. 1-2). Sua rivalidade histórica com o Iraque resultou em uma guerra sangrenta de oito anos. Os vizinhos do Conselho de Países do Golfo (adiante, GCC) mantiveram-se receosos durante muito tempo diante do regime iraniano, e hoje, apesar de apresentarem melhores relações, ainda inspiram desconfiança por suas relações com os EUA (JANE'S, 2009). Israel, da mesma forma, opõe-se ao regime do Irã e alinha-se com os EUA considerando-o uma ameaça à região. Logo, é compreensível o sentimento de ameaça externo - e interno (eventual golpe pró-ocidental) - que o regime iraniano acusa (EISENSTADT, 2000, p. 1-2). Por isso, mesmo os reformistas, inseridos na dinâmica política cotidiana, são vistos com receio por parte dos conservadores.

se a isso a preocupação em Bagdá com o novo regime fundamentalista, mas em especial xiita, implantado no Irã. Eles temiam que o regime pudesse influenciar uma sublevação xiita dentro do próprio Iraque.

Esta Guerra é freqüentemente comparada à Primeira Guerra Mundial, justamente pela forma como fora travada. “Primeiramente, houve o rápido avanço iraquiano em território iraniano, seguido de uma retomada do Irã, que, apesar de ainda desorganizado pela revolução, foi capaz de reunir forças para promover uma guerra popular e messiânica em contra-ofensiva, que foi seguida por uma estagnação estratégica e uma carnificina sem fim” (VIZENTINI, 2002, p. 67).

A Guerra ainda se prolongaria durante quase toda a década de 1980 surrealmente, mas especialmente, devido a “interesses de exportadores de armas, manobras envolvendo a política petrolífera, divisão do mundo muçulmano em benefício de Israel, necessidades internas de legitimação política e rivalidades históricas entre árabes e persas” (VIZENTINI, 2002, p. 67-68).

A grande duração da guerra, a maior do século XX, e especialmente suas batalhas de trincheiras, com abuso de armas químicas pela parte iraquiana (no front e contra a revolta curda ao norte) permitem esta comparação com a Primeira Guerra Mundial. Esta taciturna alegoria evidenciou ao próprio regime iraniano quão atrasado em matéria de defesa este se apresentava na região, e quão frágil ele colocava-se no contexto de disputas externas e, sobretudo, em relação às ameaças externas e internas ao regime.

Evidentemente, a série de episódios infortúnios a partir da deposição do Xá Reza Pahlevi, quais sejam: a Revolução Islâmica e nacionalista que rejeitava a imposição da cultura ocidental, a tomada da embaixada americana em Teerã, e o apoio estadunidense ao Iraque na (maior parte) Primeira Guerra do Golfo, tornaram as relações Estados Unidos- Irã virtualmente impraticáveis, de forma que o segundo teve de buscar cooperação econômica (já durante a guerra, e especialmente após) junto a países terceiros, como o Japão e parte da Europa Ocidental.

Por outro lado, a tentativa americana de isolar o país desde a Revolução “ignora o fato que, no mercado geopolítico, tentar isolar um país tem praticamente

o mesmo efeito que ignorar sua existência” (KHANNA, 2008, p. 302). Ou seja, a solução de isolar o Irã acaba por afastá-lo, mas não impede suas relações com quaisquer países, muito menos com as demais potências, o que, longe de produzir segurança aos americanos, afasta-os e constrange-os da possibilidade de intervir por meios diplomáticos e econômicos junto ao Irã.

Portanto, o saldo da Primeira Guerra do Golfo para o Irã foi o choque de realidade que esta proporcionou ao regime. Fundamentou de vez a importante posição que o Irã representava no Oriente Próximo, seus possíveis aliados intra e extrarregião, e expôs, sobretudo, a fragilidade e arcaicidade de sua política de defesa e das suas forças armadas visando à sobrevivência do país e especialmente do regime, como supracitado.

2.3.2. Formulação da Política de Defesa

Após a longa guerra com o Iraque, o Irã iniciou um audacioso programa de reestruturação, reconstrução e expansão das suas capacidades militares, bem como uma modernização de suas armas e de suas forças armadas objetivando impor-se como uma potência regional. Dentre os objetivos centrais de sua política estavam: obter a supremacia aérea e naval do Golfo, desenvolver capacidades não-convencionais para intimidar os vizinhos e deter a ameaça externa, contrabalançar os EUA que se instalavam crescentemente na região e por fim, estruturar capacidades de estratégias assimétricas capazes de atuar em escala global (EISENSTADT, 2001, p. 12).

A economia iraniana apresentava-se como um obstáculo a suas intenções, e o legado da guerra, a flutuação do preço do petróleo e as sanções estadunidenses ao país sangraram sua economia e forçaram o país a reduzir suas grandes ambições orçamentárias. Desta forma, o Irã foi forçado a focar-se em capacidades específicas, quais sejam: capacidades navais, mísseis e armas não-convencionais. Apesar disto, retomadas econômicas de curto prazo e principalmente o não-cumprimento por parte da Rússia do compromisso com os EUA de não mais vender armamentos ao Irã após 2000 ajudaram o país a ter os meios necessários para dar continuidade ao aparelhamento da defesa. O cenário

de reestruturação da defesa evidencia que tanto reformistas quanto conservadores concordam quanto à necessidade de uma defesa sofisticada, de capacidades militares fortes para fazer frente aos desafios regionais e de impor-se como potência do Golfo (EISENSTADT, 2000, p. 4-5).

No entanto, suas tentativas de modernizar a defesa, apesar de bem concebida, esbarraram repetidamente na falta de capacidade econômica e tecnológica para lograr os resultados pretendidos. Apesar de inegáveis progressos de curto prazo, os problemas estruturais persistem (JANE'S, 2009).

O planejamento da Defesa iraniana é estabelecido basicamente sobre três alicerces. Ele objetiva: obter autonomia em todas as áreas², como finalidade da revolução, transformar o Irã em uma potência regional, capaz de projetar influência intra e extrarregional, e reforçar sua capacidade de deter ou desencorajar um ataque contra o país (EISENSTADT, 2001, p.5).

O conceito de busca de autonomia no Irã está intimamente ligado a seu passado recente. No regime do Xá, a defesa do país dependia fortemente dos EUA e da Inglaterra. Seu isolamento após a revolução e principalmente a falta de apoio durante a Guerra Irã-Iraque promoveram este senso de o país depender somente de si. Por isso, a ênfase na construção de indústria e tecnologia militar própria.

O conceito de influência na região como potência regional está intimamente relacionado à questão islâmica. Os líderes do clero acreditam que o Irã representa um bastião contra a opressão aos muçulmanos, logo, deve promover, defender e espalhar o ideário do islamismo quão longe possível. A crença da maioria dos iranianos de que o país naturalmente, geograficamente e demograficamente já apresenta feições de potência corrobora a visão de que o país é destinado a exercer seu papel de potência natural do Golfo.

O conceito de dissuasão da agressão está ligado ao constante sentimento de insegurança do Irã na região. O aumento da presença dos EUA, e a

² Este elemento conta com a percepção do regime, que o Irã conta, essencialmente, consigo, para sua defesa contra quaisquer que sejam seus adversários, por isso a busca de autonomia na defesa é fundamental.

proximidade geográfica com Israel, Turquia, Azerbaijão, Afeganistão e Paquistão aumentam o sentimento de vulnerabilidade do país e, por isso, vem a necessidade de dissuasão. A dissuasão (*Deterrence*) do país está dividida em três objetivos. Em primeiro lugar, a capacidade de bloquear o fluxo de petróleo do Golfo Pérsico, no Estreito de Hormuz, uma capacidade extremamente radical, uma vez que o país também depende, não só da exportação de petróleo pelo Golfo, mas da importação de diversos produtos essenciais – dentre os quais 90% de seu consumo de gasolina-(GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE, 2010). Em segundo lugar, a possibilidade de articular ataques terroristas na região, através principalmente do Hezbollah e Al-Qods, mas também via incitando cooperação com organizações que nutram inimigos comuns; como proclamado por Hasan Abassi, ex-comandante da IRGC:

“Nós indentificamos uma série de pontos fracos [dos EUA] e informamos organizações guerrilheiras sobre isso. [...] Nós estamos preparados para trabalhar mesmo com mexicanos e argentinos e basicamente qualquer país que tenha problemas com os americanos.” (GANJI, 2005, p. 18).

Terceiro, o desenvolvimento de armamento não-convencional – neste momento, isto se refere aos arsenais químicos e biológicos constituídos pelo país a partir do final da década de 1980. O país também buscou aumentar seu poder de dissuasão forjando uma imagem de país mártir, sem receio de atacar, buscando causar receio nos demais (EISENSTADT, 2001).

A questão das minorias para a estabilidade interna do país é peculiar, especialmente em relação aos curdos, que servem de paradigma. O comportamento dos países que apresentam essa minoria é similar. Ao passo que o país reprime severamente as manifestações internas curdas por autonomia, eles subsidiam a ação dessa minoria em países terceiros. Isso é facilitado pela divisão interna curda em clãs. De qualquer sorte, esta é mais uma forma de estratégia assimétrica usada pelo Irã visando à desestabilização dos vizinhos. Notadamente, esta estratégia foi usada pelo Irã no Iraque (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 196).

2.3.3. *Estrutura e Subdivisão*

As forças armadas do Irã têm o Aiatolá Khamenei como seu comandante chefe, e é estruturada em três componentes básicos: as Forças Armadas regulares, a Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC) e a Força de Implementação da Lei (adiante, LEF). As duas primeiras são subordinadas ao Ministério da Defesa, e a terceira, ao Ministério do Interior, tendo atuação no controle de fronteiras e interno (JANE'S, 2009). A estrutura paralela de divisão entre Forças Armadas Regulares e IRGC é explicada pela dualidade abordada anteriormente e tem importante papel no delicado equilíbrio do regime islâmico. Por outro lado, esta dualidade de comando da defesa causou dificuldades à defesa, sendo obstáculo para a estruturação de forças modernas e efetivas.

Enquanto as forças regulares seguem a estrutura básica de organização ocidental, a IRGC prioriza os fatores humanos e de fé como fonte de vitória, consistindo originalmente em uma força de homens mal-treinados especializados em ondas de ataques humanos. Hoje ela é responsável também pela guarda dos mísseis e das armas não convencionais. Com a guerra contra o Iraque, logo a IRGC desenvolveu gosto por tecnologias e armas e aproximou-se de uma forma mais tradicional de exército (EISENSTADT, 2001, p. 6-7).

Após curta unificação do controle durante a supracitada guerra, os comandos foram novamente separados, e a estrutura dual permanece intacta e tende a manter-se assim, por refletir o modo organizacional e lógica política do regime.

Na teoria, as forças regulares são responsáveis pela defesa das fronteiras e da ordem interna, enquanto a IRGC é responsável pela segurança do regime. Na prática, no entanto, essa divisão não é tão clara. Já na Guerra Irã-Iraque, as forças regulares exigiram que a IRGC lutasse no front, e desde então, as organizações têm atividades e exercícios conjuntos, embora os mesmos ainda sejam de efetividade limitada (CORDESMAN, 2004, p. 2).

A evolução das interações entre as três forças de defesa fizeram com que elas apresentassem caracteres variantes ao longo do tempo, apesar de inicialmente terem papéis claros. Por exemplo, em meio a protestos em 1991, as

forças regulares negaram-se a reprimir a própria população, e forças especiais da IRGC tiveram de ser acionadas. A IRGC constituía assim um bastião dos conservadores. Porém, na eleição de 1997, que elegeu o presidente reformista Khatami, os percentuais de votos nas fileiras da IRGC foram similares ao da sociedade, evidenciando que a divisão política estava instalada também dentro da IRGC.

Em 1999, sob protestos de estudantes, a LEF (em grande parte financiada pelo clero conservador) foi acionada para reprimir os distúrbios, evidenciando uma nova ordem organizacional de trabalho, onde a LEF é a primeira linha de defesa do regime, seguida pelas “Forças Especiais” da IRGC, a IRGC tradicional, e como último recurso, as forças regulares. À época dos protestos, alguns conservadores ameaçaram dar o golpe, caso a ordem não fosse de imediato restabelecida. Dada a divisão interna das forças armadas, IRGC e LEF, é possível que isso culminasse em uma guerra civil. Por fim, o golpe não ocorreu e a ordem foi restabelecida (EISENSTADT, 2001, p. 7).

A segmentação das forças armadas, além de seguir o exemplo de estrutura dual institucional, acaba por se subdividir também internamente. Replicando o debate político-social nas fileiras militares, as forças armadas tornam ainda mais complexa a compreensão da dinâmica de segurança do regime, de forma a contribuir para a instabilidade doméstica do mesmo e dificultar sua coesão para projeção externa.

2.3.4. Estratégias de Segurança em relação aos EUA

A definição da estratégia de nuclearização do Irã, como ponto central da nova política de defesa, a partir, especialmente, da década de 1990, já ficou evidenciada. Academicamente, muito se produziu a respeito do processo de nuclearização do país, principalmente no tocante a questão de como evitá-lo, porém o debate passa ao largo de uma crítica verdadeira sobre as estratégias que o país adota para lograr seus objetivos.

No sentido da abordagem tradicional, o trabalho de Kenneth Pollack e Ray Takeyh expõe “a maneira mais adequada de os EUA evitarem o desenvolvimento

do programa nuclear iraniano”, que seria se aproveitar da divisão política interna entre conservadores, que, por sua vez, se preocupariam majoritariamente com a segurança, e dos reformistas (pragmáticos) que almejam, de forma geral, realinhar a economia do país. Dessa forma, indicando uma política de incentivos, com amplas recompensas pela colaboração, ou punições pela não-cooperação. Assim, o incentivo positivo faria com que o Irã preferisse-o às recompensas econômicas frente o desenvolvimento militar (POLLACK; TAKEYH, 2005, apud GANJI, 2005 p. 1) – o conceito de *Butter over Bombs*. Sagan advoga no mesmo sentido de trocar sanções por incentivos econômicos, argumentando ainda que isso já teria sido realizado na Líbia, no final da década de 1990 (Sagan, 2006, p. 6).

Essa apreciação é válida para alguns casos. Porém, é necessário entender que no Irã, como já abordado anteriormente, a política não é tão linear quanto a abordagem tradicional sugere. Ao cabo, podemos tipificar a questão em outro parâmetro – ela não gira em torno da divisão entre os grupos, mas sim entre correntes de estratégias: o *Bandwagoning* seletivo e as estratégias assimétricas (Ganji, 2005, p. 3-7). Ambas as correntes visam o mesmo fim, tornar o Irã uma potência nuclear.

A desconfiança do Irã frente aos EUA remonta aos primeiros anos da Revolução Islâmica e as percepções do Irã do uso do *bandwagoning* foram observadas já neste período e, mais fortemente, na experiência do fim da Primeira Guerra do Golfo (Guerra Irã-Iraque). O uso de estratégias assimétricas, por sua vez, também esteve presente desde os primórdios da Revolução. As incertezas trazidas pelo fim da Guerra Fria realçavam o medo do isolamento diplomático e militar. Esse receio aumentava à medida que a Rússia perdia terreno na região e os EUA se faziam cada vez mais presentes no Golfo Pérsico e na península árabe. Aos poucos, ficava claro que os dias de cárcere da Embaixada americana em Teerã não seriam facilmente esquecidos, muito menos o regime como um todo perdoado.

Com a desintegração do bloco soviético, o país passou a desenvolver uma estratégia de autodefesa, passando a depositar mais esforços em estratégias assimétricas para manter os EUA afastados da região e da tentação de atacar o

país. Só a partir do governo de Khatami que o país voltou a redirecionar sua política de defesa, priorizando a *détente*, sob o entendimento de lograr melhores circunstâncias e alianças em um nascente mundo multipolar.

Após o 11 de Setembro, com a condenação inicial dos ataques e a extradição de membros da Al-Qaeda do Irã, abriu-se a possibilidade de uma reaproximação com os EUA. Tudo isso foi abalado pelo discurso de Bush enquadrando o Irã no “Eixo do Mal”, junto com o Iraque e Al-Qaeda. Em seguida, o rompimento no processo de afrouxamento da política interna iraniana (que se desenhava desde a década de 1990) com a eleição de Ahmadinejad em 2005, acentuaram as preocupações estadunidenses na região, caracterizando-se por ataques recíprocos com o governo iraniano.

O crescimento militar estadunidense na região dificultou cada vez mais a aplicação das políticas de *détente* e das estratégias assimétricas. Nesse aspecto, surgiu a necessidade de uma política de *bandwagoning* seletivo, já presente no embate político do país por algum tempo. Algumas alternativas nesse sentido eram possíveis, mas o marco inicial dessa política é o apoio tácito iraniano no combate ao Talibã, no Afeganistão, como preconizou Paul Sullivan (SULLIVAN, 2002, p. 191-192). Ainda por cima, o ministro de relações exteriores Kamal Kharrazi não rechaçava a possibilidade de conversas com os EUA, dizendo que: “Não há razões para que seu país não pudesse ter boas relações com os EUA, desde que estas fossem calcadas no respeito mútuo”, mas ao mesmo tempo condicionava as relações à retirada das sanções impostas, à liberação dos ativos iranianos e à retratação do discurso que botava o Irã no “Eixo do Mal” (KENNEDY, 2002, apud GANJI, 2005, p. 12).

Mesmo que a estratégia de *Bandwagoning* Seletivo não tenha logrado impedir a invasão do Iraque de 2003 em diante; ela começava a firmar-se claramente no governo iraniano, que, apesar de tacitamente, corroborava com os EUA tanto no Iraque quanto no Afeganistão, e procurava negociações diretas com a UE para aliviar a pressão norte-americana sobre seu programa nuclear. Após conseguir sentar-se à mesa com os europeus, o país buscava trazer os EUA para junto do diálogo e proteger o programa de enriquecimento de urânio do país. Figuras proeminentes como Khatami e Rafsanjani acolheram a estratégia do

bandwagoning seletivo muito em razão do medo da vontade do governo Bush em impor sua hegemonia no Oriente Médio sob o pretexto da Guerra contra o Terror (Ganji, 2005, p.14).

Por outro lado, há evidências mostrando que, mesmo com a implantação da política de *bandwagoning*, a divisão do país acirrava-se internamente na perspectiva de tal política não ser o suficiente para barrar o avanço estadunidense. Os reformistas consideravam a reforma política para conter os EUA, enquanto os conservadores apostavam na renovação das capacidades convencionais, que evidentemente não poderiam dissuadir os EUA de um ataque. Nesse hiato de tempo, o argumento tradicional ganha força, pois apesar do *bandwagoning* o titubeio proclamado por Sagan existiu, e por isso, talvez coubesse uma política de incentivos (Sagan, 2006, p. 57-59).

De forma geral a mudança de estratégia deu-se a partir de 2003, como sintetiza Ganji:

“A grande mudança na estratégia iraniana pós 11/9 pode ser o ressurgimento do conceito de dilema de segurança com as estratégias assimétricas, que buscavam assegurar o prosseguimento do programa nuclear iraniano, mas acabaram fragilizando sua defesa frente à oposição americana a seu posicionamento regional. Porém, a inversão para o *Bandwagoning* seletivo em meados de 2003 também está intimamente ligado ao objetivo de finalizar o programa nuclear. Dessa forma, fica claro que a política de detente para alcançar o programa nuclear está inserida na origem da política estratégica do país. (...) O Aiatolá Khamenei é responsável pela nova política de *bandwagoning* para promover a detente. Porém enquanto cooperava com os EUA no Afeganistão e Iraque, o Irã enviava armas para os palestinos e facilitava a fuga de membros da Al-Qaeda, mostrando que para o Líder Supremo, detente e estratégias assimétricas são duas faces da mesma moeda” (Ganji, 2005, p. 23).

Isso evidencia que a alternância não configurou, de fato, uma troca excludente, mas um redirecionamento da estratégia de execução da política de defesa, paradoxalmente somando conceitos, *a priori* contraditórios, mas que constituem empiricamente parte de um conceito de *détente* mais amplo. Essa formulação de *détente* dispersa, e até contraditória em seus meios, justifica-se renitentemente no caráter fragmentado do debate político interno, onde o dissenso é a regra. Por isso, formulações políticas dicotômicas são não só possíveis como, por vezes, prováveis.

Por outro lado, a invasão dos EUA ao Iraque, a eliminação desse possível inimigo e o entendimento que um aprofundamento da política de desenvolvimento do programa nuclear levaria a uma concorrência com países muito mais preparados neste campo, pode representar uma mudança no foco da política de defesa do país (Kerr, 2009, p. 22).

2.4. Teoria de Complexos Regionais de Segurança

Seguindo a abordagem anterior, de formulação da política de defesa a partir de um prisma doméstico, segue a contextualização da mesma, porém do ângulo regional, seguindo basicamente a formulação de Buzan e Waeuver na Teoria de Complexos Regionais de Segurança (BUZAN; WAEVER, 2003).

O Complexo Regional do Oriente Médio é extremamente peculiar por sua constituição como um complexo independente, com dinâmicas de segurança extremamente ativas e intervenções freqüentes direcionadas, principalmente a partir do nível global, sobre o regional. Por outro lado, a instabilidade das elites dominantes no cenário doméstico é outro fator determinante na extensa dinâmica de (in)segurança da região. O complexo é limitado por dois estados insuladores principais: Turquia, em um extremo, e Afeganistão, em outro. Adiante pode ser dividido em três sub-complexos na abordagem referida, dois centrais: o Levante (Árabe-Israelense) e o Golfo; e um periférico: o Magreb. Ainda nessa linha, é importante dissociar a análise da classificação de interdependência securitária baseada nos fatores étnicos e religiosos, pois as interações existentes são mais profundas e complexas que tal simplificação. No mesmo sentido, as características árabes – o próprio pan-arabismo – e muçulmanas não necessariamente enfraquecem o sentido westfaliano de estados neste complexo regional. Pelo contrário, o que se nota é a relevância dos estados nacionais, e suas interações refletem este caráter, por disputas territoriais, ideológicas, de poder, e divisões étnico-culturais (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 188-193).

O subcomplexo do Golfo foi caracterizado desde a década de 1970, centralmente, pela tríplice rivalidade entre Arábia Saudita, Irã e Iraque. A rivalidade Irã-Arábia Saudita aguçou-se a partir de 1979, principalmente baseada

na competição pela liderança na interpretação de doutrinas islâmicas concorrentes (CHUBIN E TRIPP, 1996 apud, BUZAN; WAEVER, 2003, p. 192). Já a rivalidade Irã-Iraque baseou-se em questões fronteiriças e minorias curdas e xiitas no sul do Iraque, mas principalmente pela ambição dos países pela competição visando o poder regional.

O sub-complexo também apresenta peculiaridades de alinhamento nem sempre óbvias e constantes, bem como interferências terceiras fora do sub-complexo. Exemplos do citado são, primeiro, a Síria, rival tanto de Israel e Iraque, alinhando-se com o Irã nas Guerras do Golfo, porém contra Israel ela alinha-se com o Iraque, ou seja, a posição dos países é relativa ao tema em questão. Já no segundo ponto temos o Egito, que mesmo estando fora do Golfo e tendo maior papel no conflito Árabe-Israelense, também figura como ator relevante nas dinâmicas do Golfo (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 199-201).

No aspecto teórico de abordagem do complexo, é importante verificar o grau de influência dos níveis doméstico e global na dinâmica regional. No aspecto doméstico, apesar da instabilidade e pouca coesão social, isso raramente se transfere para a esfera securitária regional, o fluxo de entrada de capital nos países, por meio do petróleo, proporcionou a formação de forças de segurança bem aparelhadas para coerção doméstica. No entanto, influências do nível global foram freqüentes na região, especialmente durante a Guerra Fria, com a disputa pelo petróleo e com base na ideia de que o Oriente Médio constituía-se na extensão da fronteira ideológica.

Após a Segunda Guerra do Golfo, em 1990-91, a distribuição de poder regional alterou-se, e os EUA passaram a atuar mais intensamente na região. Com o Iraque enfraquecido, mantinha-se a estrutura triangular de rivalidade, mas em novo equilíbrio. Os países do Conselho de Países do Golfo (adiante GCC) tornaram-se mais explicitamente subalternos aos EUA, estabelecendo a política de contenção dupla – frente a Irã e Iraque. A presença política estadunidense aumentou o grau de atrito com os países. A pressão dentro dos estados, frente a suas economias e serviços públicos débeis, crescente classe-média e insatisfação com os regimes políticos domésticos (SAYIGH, 2002, apud BUZAN;

WAEVER, 2003, p. 202-203) eram obviamente associadas à presença dos EUA na região, deteriorando sua imagem local.

O pós-Guerra Fria, consagrado na região após o fim da Segunda Guerra do Golfo, ao mesmo tempo que retraía o papel russo no complexo e diminuía o potencial de ameaça iraquiano, permitia ao Irã maiores ambições na Ásia Central. Paralelamente, os EUA organizavam a política de contenção dupla a partir do aparelhamento e organização de uma frente pró-ocidental no GCC, o que, de forma geral, consolida a dinâmica de segurança atual. Somado ao fato do desmantelamento do regime de Saddam Hussein no Iraque, a dupla contenção da década de 1990 torna-se exclusivamente direcionada ao Irã. O caráter empírico duplo é doravante perdido, porém conceitualmente a doutrina de dupla contenção permanece pertinente.

Apesar da relação inter-regional ter papel subordinado às demais, na visão dos autores Buzan e Waever, o papel da Turquia, principalmente por seu caráter insulador, pode ser considerado de relevância. Passaram-se os tempos em que a Turquia só “marchava ao Ocidente” como defendia *Atatürk*, além de sua localização, a Turquia efetivamente representa o estado mais poderoso, democrático e secular do mundo muçulmano (Khanna, 2008, p. 74).

A partir de 2003, com a invasão do Iraque, ficou explícita sua predileção pela Europa aos EUA, mas isso não significa a ela que pertença à Europa; e por seu caráter cultural e geográfico jamais, exclusivamente, o será. Por outro lado, a Turquia representa pela sua tendência social de desenvolvimento, democratização e islamismo, o paradigma ideal, que tanto EUA e UE gostariam de ver no Oriente Médio (Khanna, 2008 p. 77-78). Suas crescentes relações e interfaces no Cáucaso e com a Rússia também evidenciam sua expansão multilateral de influência

3. A NUCLEARIZAÇÃO DO IRÃ

3.1. Debate Aumento x Decréscimo de Segurança

Em uma análise mais ampla sobre o tema da propagação das armas nucleares, o debate entre Waltz e Sagan (2003) propõe visões diferentes sobre o incremento de segurança ou decréscimo da mesma. Ele é interessante pois permeia em diversos pontos o caso do Irã, estudado neste trabalho. A base teórica que ambos propõem permite um regresso aos fundamentos teóricos de análise, permitindo uma ponderação teórica formal antes de passarmos para a análise empírica do caso.

É importante também fazer um adendo quanto ao importante conceito dentro da análise, que é a *Deterrence*. Pela imprecisão e falta de um termo exato na tradução, de agora em diante, o termo será arbitrariamente referido como *Dissuasão*, que, na opinião do autor, é o que melhor cerceia o significado. Quanto à conceituação do mesmo, temos diversas descrições e conceituações interessantes. Para Waltz, dissuasão significa: evitar que as pessoas façam algo, assustando-as (SAGAN; WALTZ, 2003, pág. 5). Para Morgan, existe uma conceituação simplificada: “ameaça do uso da força para prevenir uma ação não desejada”. E outra usada efetivamente na construção teórica: “o esforço de um ator em convencer o outro a não atacar usando ameaças de uso da força como resposta, visando alterar o cálculo de custo-benefício do adversário” (MORGAN, 2003, p. 66)³. Ao contrário da Dissuasão por Defesa, que se baseia no aumento do custo de ataque, a Dissuasão Nuclear baseia-se na possibilidade de uma retaliação que cause danos inaceitáveis. A Dissuasão não se constitui pela capacidade de defesa, mas de causar dano. Logo, Defesa não é o mesmo que Dissuasão, nem o contrário senso. Levando em conta que a Dissuasão torna-se mais fácil e confiável com a propagação de armas nucleares, logo isso pode resultar em incremento de segurança no sistema. Com essa idéia, passamos às considerações de Waltz.

³ Em ambas as conceituações do autor, e de forma geral, a formulação carrega implicitamente o atributo da racionalidade. É fácil entender o porquê do uso da racionalidade implícita, mas é importante ressaltar que há outras maneiras de tomada de decisão que não a usam como base.

Primeiro, a guerra pode ser travada independentemente da dissuasão. Porém, à medida que um país mais se aproxima da vitória, mais riscos ele corre de provocar a própria destruição. Estados não tendem a correr grandes riscos para pequenos ganhos. Em uma guerra entre países nuclearizados, a escalada de agressões pode ocorrer na medida em que o perdedor comece a usar mais e maiores armas. Temendo esse resultado, é provável que os Estados recuem causando um decréscimo da violência, e não uma escalada. Logo, a guerra continua possível, mas a vitória na guerra muito perigosa. Segundo, estados tendem a agir com mais zelo se os custos forem altos do que se os custos forem baixos. Terceiro, a posse e a dissuasão promovidas por armas nucleares contribui mais para a segurança de um país do que a conquista de territórios. Logo, torna desnecessário a um país lutar por sua segurança, e por isso diminui uma das causas capitais da guerra (SNYDER, 1961 apud SAGAN; WALTZ, 2003, p. 7).

Para serem efetivas, as forças de dissuasão devem cumprir três requisitos: primeiro, pelo menos parte do arsenal nuclear do país deve parecer apta a sobreviver a um ataque e lançar um ataque próprio. Segundo, as forças não devem requerer um acionamento antecipado em resposta ao que poderia ser um falso alarme. Terceiro, o comando e o controle devem ser mantidos sob regime confiável, de forma que não haja uso acidental ou não autorizado (SAGAN; WALTZ, 2003, p. 131).

Estratégias de dissuasão prometem ser menos danosas do que estratégias de luta armada. Isso porque, primeiro, a dissuasão induz ao cuidado, logo, diminui a incidência de guerras. Segundo, guerras travadas na presença de armas nucleares estratégicas devem ser cuidadosamente limitadas para não se atingir um interesse vital. Terceiro, a punição deve ser somente proporcional à expectativa de ganhos do adversário e quarto, na falha da dissuasão, é provável que algumas ogivas lançadas com efetividade tragam sobriedade novamente aos governantes (SAGAN; WALTZ, 2003, p. 36).

Em uma guerra nuclear, cada ogiva pode significar a perda de uma cidade, quantas ogivas o adversário pode lançar pode significar cidades a perder, isto é, os cálculos deixam de ser sobre correr riscos, mas como evitá-los. De forma geral, as armas nucleares tornam difíceis os erros de cálculos militares, e a

previsão política fácil. Armas nucleares restauram a clareza e a simplicidade perdidas à medida que um sistema bipolar é repostado por um multipolar. “Tentar computar os custos de uma guerra nuclear é não entender o foco da discussão”- Waltz. (SAGAN; WALTZ, 2003, p. 34).

Estados que são radicais internamente não necessariamente o serão no cenário internacional. Poucos estados se mostraram radicais na sua política externa, e menos ainda se mantiveram radicais por muito tempo. Estados podem ser radicais prolongadamente somente se forem muito mais fortes que os demais. No caso, nenhum dos novos países nucleares o será. De qualquer forma, estados nucleares nunca serão tratados com indiferença, porque armas nucleares induzem à cautela, especialmente no caso de países mais fracos. Líderes árabes são dissuadidos de tomarem riscos desordenados, não porque eles calculam racionalmente todos os riscos, mas porque como todos os líderes, eles são sensíveis a custos (SAGAN; WALTZ, 2003, p. 36, 150).

Autores escrevem sobre o terceiro mundo nuclearizado sob uma visão imperialista. Argumentam casos em que países como Egito ou Síria nucleares poderiam atacar Israel. Ambos os países possuem quase 25% das populações vivendo em 3 ou 4 cidades, então por que eles incorreriam em tão grandes riscos de retaliação por tão pouco? Governantes querem ter um país para continuar a governar. Por outro lado, as guerras entre árabes e Israel sempre se mantiveram limitadas, e uma investida total nunca foi feita contra Israel, mesmo antes de esse país possuir ogivas nucleares. Para dissuadir, um país não precisa ser capaz de destruir um quarto ou metade do outro país, apesar de, em certos casos, isso ser fácil de realizar. Por exemplo, o que seria de Israel se Tel Aviv e Haifa fossem destruídas? Uma pequena probabilidade de receber um ataque altamente destrutivo no país é suficiente para a dissuasão (SAGAN; WALTZ, 2003, p. 22).

O argumento do uso ofensivo de armas nucleares contra estados com capacidades convencionais também é precária, isso porque o uso de armas nucleares abre precedente à retaliação, que nesse caso é inclusive mais difícil de se prever, não sabendo de qual país ou países ela poderia vir, assim desencorajando seu uso ofensivo. Armas nucleares não fazem a guerra nuclear mais provável. Contudo, isso não quer dizer que elas não serão jamais

empregadas. A escalada extrarregional, porém, não é provável. (SAGAN; WALTZ, 2003, p. 23-24).

Por outro lado, a análise de Sagan confere mais ênfase às possíveis falhas procedimentais, e de controle civil-militar no trato inerente à posse de tais armas.

Na visão do autor, os estados nucleares novos não seriam tão cuidados quanto os antigos no manejo e aplicação das armas porque os novos estados têm instituições e organizações mais precárias, não necessariamente sujeitas aos controles das grandes potências. Da mesma forma, os mecanismos de controle de acidentes e de disparos acidentais também são consideravelmente mais arcaicos. Em relação ao projeto de bomba nuclear do Iraque, inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) argumentaram que seus mecanismos de segurança eram muito precários e que a bomba “poderia ser acionada por um tiro de rifle”. (MILHOLLIN, 1992, apud, SAGAN; WALTZ, 2003, p. 78).

O controle civil sobre os militares é um problema latente nos novos países proliferantes, porque nesses países, com instituições frágeis e relação domésticas instáveis, é possível a predominância dos militares. Isto é problemático, pois os militares têm maior tendência a ingressar numa guerra preventiva que os civis. Primeiro porque militares tem maior tendência de ver a guerra como provável em curto-prazo e inevitável em longo prazo, bem como tendem a ser céticos a soluções não militares, como diplomáticas e econômicas. Logo, a lógica do “melhor agora do que mais tarde” tende a prevalecer. Segundo, a lógica militar tende a focar-se em objetivos menores, como o foco na vitória militar instantânea, e negligencia objetivos políticos mais amplos. Terceiro, os oficiais militares tendem a favorecer estratégias ofensivas em detrimento a defensivas, posto que a estratégia ofensiva permite tomar a dianteira nas decisões e impor as condições, forçando o inimigo a responder de acordo com a sua estratégia. Os militares tendem a focar na gestão dos problemas da guerra, negligenciando muitas vezes os problemas pós-guerra (SAGAN; WALTZ, 2003, pág. 64).

O desenvolvimento “opaco” das novas armas também gera um problema à segurança. Temendo as conseqüências de desenvolver publicamente os arsenais, os novos países têm desenvolvido seus programas nucleares de forma

secreta, fato que causa uma série de problemas de segurança, dentre os quais a falta de mecanismos eficiente e claros no controle de segurança do programa e a ausência de testes em larga escala das armas que prejudica o desenvolvimento de projetos efetivamente seguros. Há ainda o risco de “ataque de decapitação” onde, para evitar retaliação, o alvo é o poder central; nesse caso, o poder central pode delegar a autoridade sobre armas estratégicas para subordinados, aumentando o risco de ataques indevidos e acidentais (SAGAN; WALTZ, 2003, p. 74).

Sob uma ótica pragmática, Dunnigan (2003) endereça o tema de forma a analisar de fato as implicações práticas do uso das armas nucleares na guerra moderna. Para isso, o autor subdivide as possibilidades de aplicação tática e estratégica dessas armas, bem como os fatores complicadores no emprego das mesmas.

Uma abordagem mais focada no exercício militar e no desempenho prático ajuda no propósito de desmitificar o emprego de tais armamentos e suas reais capacidades de impacto. As projeções de dano e dificuldades na efetivação dos ataques deixa transparecer que talvez não seja tão fácil conseguir a dissuasão, acima discutida. Entretanto, a capacidade efetiva de segundo ataque também se torna algo fundamental e não tão evidente como defendido acima.

As Armas Nucleares Estratégicas são instrumentos de destruição em massa entregues por meio de mísseis balísticos de longo alcance, que, apesar de muito temidas, nunca foram de fato utilizadas. O problema básico desse tipo de arma é o fator confiabilidade, uma vez que tanto ogivas nucleares quanto mísseis de longo alcance são mecanismos extremamente complexos, logo, sua efetividade e funcionamento também devem ser. Seus motores são igualmente complexos, funcionando com sistemas de propulsão independentes e sequenciais, variando de combustíveis líquidos mais simples (e mais sujeitos a erros) a combustíveis mais sofisticados e dispendiosos, como os sólidos. O grau de efetividade de lançamentos de mísseis de longo alcance pode ser em parte relacionado à efetividade de lançamento de radares espaciais, visto que ambos utilizam sistemas de operação similares, embora se leve em conta que os mísseis

devem apresentar desvantagem na comparação de efetividade (DUNNIGAN, 2003, p. 428).

Além do sério problema de efetividade dos mísseis de longo alcance, que são uma fragilidade à parte, ainda existem problemas como o sistema de navegação de tais mísseis, o próprio emprego de armas nucleares conjuntamente, e como uma afetaria as outras, nessa relação entre diversas armas empregadas simultaneamente. Além disso, existe o problema da prontidão dos mísseis, visto que seus longos anos de espera e manutenção podem cobrar seu preço em termos de efetividade na hora da batalha (DUNNIGAN, 2003, p. 429-430).

Algumas lições porém, podem ser tiradas do caso chinês de desenvolvimento de armas nucleares, especialmente em seu período inicial. Como construir silos e mísseis de longo alcance é algo extremamente custoso, eles são raros. Por serem poucos e de grande porte, torna-se relativamente fácil a identificação desses silos via satélite. Por outro lado, a China não apostou no desenvolvimento desenfreado de capacidades nucleares, como Rússia e EUA, mas preferiu produzir moderadamente seu arsenal visando marcar suficientemente sua posição estratégica. No princípio de seu desenvolvimento nuclear, a tecnologia foi repassada da Rússia e hoje é repassada a outros países, bem como a tecnologia Scud russa e outras tecnologias de mísseis (DUNNIGAN, 2003, p. 456). Existe uma cascata de transferência tecnológica que com o tempo alimenta países interessados a ingressar nesse seleto grupo de países militarmente nuclearizados. Esse paradigma de desenvolvimento pode ser, de certo modo, transferido para a situação iraniana, uma vez que sua tecnologia foi em muito importada – tanto de reatores, quanto de mísseis – e por ser um programa ainda incipiente, pode provavelmente ser rastreado com certa eficácia.

O autor defende em 2003 que o Irã poderia investir em um programa de desenvolvimento sério de armas nucleares e mísseis balísticos, mas que a população apresentava uma tendência reformista, cansada do fundamentalismo e ansiosa pelo desenvolvimento, que estaria mais propensa a uma política de defesa moderada ao invés de uma investida forte em um programa nuclear, que poderia acontecer, mas não seria provável (DUNNIGAN, 2003, p. 457), em sua

lógica está contida parte dos acontecimentos subseqüentes da década, mesmo que tardiamente.

A aplicação tática de Armas Nucleares tem sido um ponto de difícil exploração, pois depende mais do exercício teórico do que do prático, uma vez que os países mostram-se extremamente relutantes em quebrar o dogma de aplicação de forças nucleares táticas. Isso não quer dizer, porém, que seus possíveis efeitos não possam ser apreciados. Dunnigan faz uma série de analogias para indicar o uso nuclear de artilharia, marítimo, e especialmente de seus possíveis danos às tropas, equipamentos e cidades. Fazendo tais considerações fica explícito que a efetividade avassaladora que supostamente as bombas lançadas pelos EUA em 1945 apresentaram, podem não ser verossímeis no mundo contemporâneo; o rendimento esperado de uma arma nuclear de porte parecido com o lançado à época – de 14-15 kilotons – é consideravelmente mais tímido na análise de Dunnigan (2003).

Na mesma direção, as armas nucleares mais modernas e limpas, de menor porte, são passíveis de uso por soldados com pouco equipamento, e mesmo no combate aéreo com o desenvolvimento de foguetes para combates aéreos. Em razão disso, as características de empregabilidade das armas nucleares táticas deixaram de conter diferenciais latentes para a diferenciação de seu emprego frente a armas convencionais em guerras limitadas. Todavia, a desvantagem política de usá-las, especialmente primeiro, mantém-se argumentável. Isso implica em uma análise alternativa, em que a distinção do uso tático das armas nucleares não é física, mas psíquica. Tendo como premissa que os efeitos e precisão dessas armas modernas, seus efeitos posteriores podem equiparar-se às armas convencionais. Dessa análise deriva o argumento de que esse padrão de restrição pode mudar assim que a primeira nação empregar armas nucleares em guerras limitadas, que será um momento fundamental no estabelecimento dos padrões de uso das mesmas (SCHELLING, 1980 p. 258).

Nesse sentido, é importante refletir sobre exatamente que tipo de capacidades nucleares e meios de emprego das mesmas são capazes de promover a dissuasão de fato, uma vez que, apesar do argumentado por Waltz, em alguns casos a capacidade de ataque, e mais importante, de segundo ataque,

não parecem ser tão facilmente obtidas pelos países proliferantes. Disto decorre a necessidade de uma análise debruçada sobre as características do programa nuclear iraniano, sua constituição, etapas e perspectivas, para formar assim, um cenário propício de análise, lançando mão dos argumentos elencados anteriormente.

3.2. O Programa Nuclear Iraniano

O debate sobre a criação do programa nuclear iraniano remonta à década de 1950, ainda sob a dinastia do Xá, que construiu com apoio americano a primeira planta nuclear iraniana perto de Teerã e já naquela época foi pressionado por setores sociais a desenvolver um programa nuclear mais consistente, que abarcasse também a construção de armas nucleares. O Xá manteve a posição de que não haveria razão para o país ingressar em tal manobra e que a energia nuclear deveria servir para fins civis. Com a Revolução Islâmica em 1979, o debate da proliferação ressurgiu, e tomou corpo, especialmente após a guerra Irã-Iraque. Novamente, setores da sociedade defendiam que o país deveria imediatamente tratar da composição de um arsenal nuclear. Os argumentos mais empregados eram: de contrabalançar as capacidades nucleares emergentes de Israel, afirmar-se como potência regional, dissuadir os EUA de um possível ataque ao regime, preocupação da fronteira oriental com o Paquistão e a falta de confiança no regime de não-proliferação implantado (LOTFIAN, 2008). As opiniões favoráveis à energia atômica não eram exclusivamente belicistas, havendo setores ainda clamando pela utilização civil das capacidades nucleares. A planta de Bushehr, por exemplo, foi realizada com apoio russo, e os reatores para geração de energia começaram a operar plenamente em 2010.

Mediante ao debate, as posições dos próprios líderes são relativamente opacas, e – não raramente – mutantes com a situação. O Aiatolá Khamenei chegou a afirmar sua rejeição ao uso de armas de destruição em massa. De acordo com o reportado, ele defendia que o Irã se oporia fundamentalmente e moralmente às armas de destruição em massa, mesmo em tempos de guerra. Na mesma direção, Kamal Kharrazi, ex-ministro de Relações Exteriores, enquanto no

cargo, defendia que o uso de tais armas configurava *Haram* (algo extremamente proibido pelo Islã) (LOTFIAN, 2008).

O desenvolvimento do programa ao longo de diversos governos, especialmente na última década, aponta para uma mudança relativa na opinião desses líderes, frente a novos fatores, aceitando em termos a proliferação nuclear para fins militares. Os relatórios da AIEA questionando os fins do programa e relatando o viés militar que esse tomou na última década se repetem e corroboram para validar a anuência dos líderes islâmicos, especialmente do Líder Supremo (sem o qual é impossível conceber o funcionamento o programa)⁴, contrariando a posição oficial, e trapaceando o firmado no Tratado de Não Proliferação Nuclear (NPT), do qual o país é signatário desde 1968. Com o apoio russo e também indícios de relação com o cientista paquistanês A.Q. Khan (que também vendeu tecnologia de centrífugas nucleares à Líbia), o Irã vem desenvolvendo seu programa nuclear mais avidamente ao longo da década de 1990 e especialmente de 2000. Ao contrário de outros casos onde todo o material para fomento do programa – incluindo toda tecnologia e mão-de-obra – foram importados, o Irã ao longo das supracitadas décadas esforçou-se para lograr a internalização da tecnologia e também da produção científica ligada ao programa (SAGAN, 2006, p. 51). A intenção do país com isso é assegurar a continuidade do desenvolvimento do programa independentemente do apoio externo ou de uma base restrita de cientistas.

A partir de 2003, as preocupações da AIEA quanto às reais intenções do país com o seu programa nuclear, e seus relatórios apontando que o Irã havia violado o tratado de NTP, especialmente relatório 40 e 63 de 2003 (AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA, 2003) acirraram o debate internacional. No mesmo ano, o país comprometeu-se a cooperar com as salvaguardas demandadas pela AIEA⁵, mas acabou não as cumprindo

⁴ Por outro lado, isto pode ser um indicativo de que o programa é de fato pacífico, pois dificilmente o Aiatolá Khamenei arriscaria sua reputação com um discurso público e outra determinação velada aos militares (Kerr, 2009).

⁵ Acordo de Salvaguardas INFCIRC/214, em vigor em 15 de Maio 1974, soma-se a um compromisso do país junto a AIEA em dezembro de 2003.

integralmente. Assim, a pressão internacional sobre o país, e especialmente focada no programa nuclear – mas não só – cresceu vertiginosamente. Em novembro de 2004, França, Alemanha e Reino Unido (EU-3) firmaram com o Irã um acordo de incentivos ao país, em troca da suspensão do enriquecimento, somado à garantia de fornecimento de material enriquecido ao país ((AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA, 2004). Nos anos seguintes, verificou-se a não concretização desse acordo, levando o Conselho de Segurança da ONU a partir para uma política de sanções.

As resoluções do Conselho de Segurança que impuseram sanções ao Irã seguem a tendência – a partir de 2001 – de sanções direcionadas a alvos específicos, no lugar de restrições genéricas e compreensivas que acabavam por infringir mais danos humanitários do que influência direta na tomada de decisão.

Sanções direcionadas foram concebidas para reduzir as consequências humanitárias não propositais, focando a pressão coerciva em elites que tenham poder de tomada de decisão [e, companhias ou entidades sob seu controle]. Por meio da imposição de custos específicos aos responsáveis por violações ao direito internacional, resguardando espectadores inocentes, o Conselho de Segurança busca servir sua missão primária de assegurar a paz e segurança sem arriscar sua missão paralela de melhorar a condição humana. [...] Elas negam acesso a produtos e atividades específicas necessárias para a condução de políticas inaceitáveis [...] (CORTRIGHT e LOPEZ, 2004, p. 170).⁶

Seguindo esse paradigma, o Conselho de Segurança impôs progressivamente, a partir de dezembro de 2006, resoluções contemplando sanções ao país. Foram elas: a Resolução 1737, de dezembro de 2006, na qual o conselho bane o suprimento de equipamentos, material e tecnologia ligados especificamente a atividades de enriquecimento; a resolução 1747, de março de 2007, que bane qualquer tipo de exportação de armamentos ao país, assistência financeira e congela ativos de pessoas e entidades supostamente ligadas ao

⁶ Tradução livre do Original:

“Targeted sanctions were designed to reduce unintended humanitarian consequences by focusing coercive pressure on decision-making elites [and the companies or activities they control]. By imposing costs specifically on those responsible for violations of international law, rather than on innocent bystanders, the Security Council seeks to serve its primary mission of enhancing peace and security without jeopardizing its parallel mission of improving human condition. [...] They deny access to specific products or activities that are necessary to the conduct of an objectionable policy [...] (Cortright e Lopez, 2004 p. 170)”.

programa; a resolução 1803, de março de 2008, que aumenta as restrições a viagens de pessoas ligadas ao programa, bem como aumenta a lista de pessoas físicas e jurídicas com ativos congelados e passa a monitorar mais ativamente a movimentação e fluxos financeiros do país (JANE'S, 2009) e a resolução 1929, de junho de 2010, que, além de reforçar o embargo de armas, proibiu o país de se envolver em qualquer atividade relacionada a mísseis balísticos, aumentou as restrições a viagens e ativos no Exterior, bloqueando inclusive ativos da IRGC e de armadores iranianos, alarmando a comunidade internacional quanto às cargas providas do país, bem como qualquer relação comercial e financeira que pudesse ter ligação com a proliferação (SECURITY COUNCIL, 2010, p. 3-10).

A resolução 1929 foi certamente, dentre as citadas, a mais veemente. Ela foi implementada após a fracassada Declaração de Teerã, na qual Brasil e Turquia tentaram, junto ao Irã, uma saída negociada cumprindo os termos já acordados anteriormente com a EU-3. A declaração foi uma válida tentativa dos países em construir um canal positivo e isonômico de negociações, possibilitando o desenvolvimento de confiança e compromisso, com a participação ativa e independente destas potências médias (OZKAN, 2010, p. 3). Apesar da iniciativa turco-brasileira, a Declaração de Teerã acabou refutada pelos países do G-5. Em carta ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente norte-americano, Barack Obama, refere-se à falta de comprometimento do governo iraniano com as alternativas oferecidas até então, conseqüentemente a impossibilidade de depositar confiança no país, alertando o Brasil para as possíveis intenções subversivas do país em postergar medidas fortes, para ganhar tempo com o programa (OBAMA, 2010, p. 2).

O programa nuclear iraniano está estruturado visando o objetivo de obter material nuclear suficientemente graduado capaz de produzir armas nucleares. O programa gira basicamente em torno de um núcleo composto de três principais pólos, quais sejam: Esfahan, Natanz e Arak. As duas primeiras plantas estão ligadas ao enriquecimento de urânio, enquanto a última, à graduação de plutônio. Adjacentes às plantas principais de pesquisa, enriquecimento e água pesada, há uma série de apêndices ligados ao programa, mas de forma subordinada, como locais de extração e processamento do urânio bruto, e reatores de água leve.

Em análise de 2009, o CSIS aponta para uma média de 15-20 kg de urânio enriquecido a 90% para confeccionar uma ogiva de 20kt [pouco mais de 1 Hiroshima (14kt)]. O relatório aponta para a intenção do país em contar eventualmente com 50.000 centrifugas operando simultaneamente, o representaria uma potencial produção de 25-30 ogivas ao ano. Com 1.500-4.000 centrífugas operando na produção de urânio altamente enriquecido, com eficiência otimizada, o país já poderia produzir uma ogiva/ano (TOUKAN, 2009, p. 25).

Por outro lado, os dados do relatório 54 da AIEA de agosto de 2011 apontam o país declarando possuir em torno 78kg de urânio enriquecido a 20%, (AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA, 2011) o que aponta para uma capacidade de alcançar os 130kg necessários para obtenção de 20kg de urânio enriquecido a 90%, e conseqüentemente, material suficiente para uma ogiva em até meados de 2012, com possibilidades reais disso ocorrer ainda em 2011.⁷ O relatório de novembro de 2011 da AIEA foi um verdadeiro trunfo ocidental, mas que, apesar de trazer à luz algumas atividades ilícitas que ocorrem no programa, como já amplamente suspeitado anteriormente, não indica os dados concretos em relação ao sucesso do programa nuclear iraniano (HIBBS, 2011).

Em paralelo à produção e ao enriquecimento de urânio, existe ainda o reator de água pesada Arak, onde ocorre a produção e processamento de plutônio. Alegadamente essa planta serviria de apoio ao ciclo de funcionamento do reator de Bushehr, mas suspeita-se de produção de material de fissão para a produção bélica. Estipula-se que esse reator, com uma produção otimizada,

⁷ A Tabela 1 mostra a quantidade aproximada de produtividade do urânio:

Tabela 1. Produtividade Média do Urânio por estágio de Enriquecimento

Quantidade	Resultado
5 ton Urânio Natural	1 ton de Urânio 3,5%
1 ton Urânio 3,5%	130 Kg de Urânio 20%
130 Kg de Urânio 20%	20 Kg de Urânio 90%

Fonte: Elaborado pelo autor adaptado de: Oelrich ; Barzashka, 2010; Toukan, 2009.

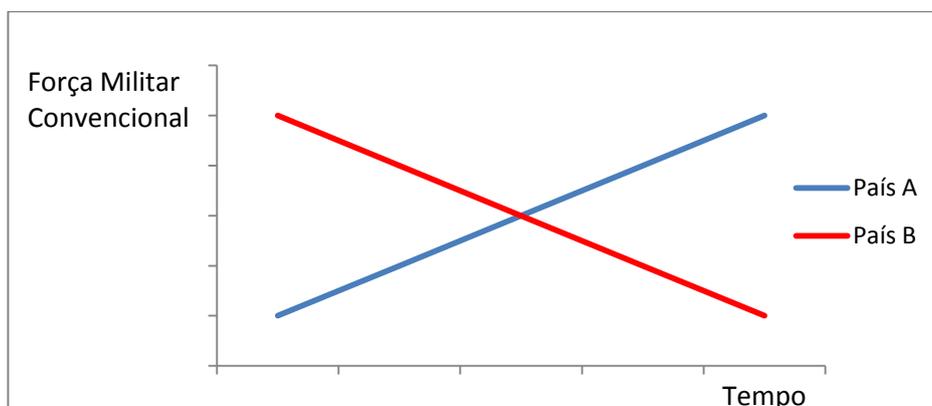
possa gerar 8 kg de plutônio por ano, tornando teoricamente possível a fabricação de uma ogiva/ano de 20kt (TOUKAN, 2009, p. 29).

Apesar da previsão de Toukan (2009), de que o país atingiria as 50.000 centrifugas em Natanz ao cabo da instalação do programa, um crescimento tão vertiginoso não é compartilhado e verificado por outros autores, como supracitado. No entanto, o programa já apresenta certa capacidade vultosa, possivelmente capaz de gerar material para pelo menos uma ogiva/ano. À medida que a pressão internacional sobre o país cresceu, diminuiu a percepção de que a nuclearização poderia ser obtida sem ameaça externa. A percepção de que as instalações apesar de bem protegidas – com boa parte da estrutura sendo subterrânea e reforçada com concreto – são eminentemente concentradas, bem como as bases de lançamento de mísseis – concentrados ao longo da fronteira com o Iraque –, fragiliza o programa nuclear iraniano. E, por fim, para uma efetiva capacidade nuclear, a produção de 2 ou 3 ogivas/ano como referido com potência média de 20kt indica fragilidade. O argumento toma força principalmente pela comparação com Israel, que de acordo com Toukan já possui possibilidade de contar com 150-223 ogivas de 20kt e capacidade de produzir anualmente 18-28 novas ogivas semelhantes (TOUKAN, 2009, p. 10-13). A comparação exclui a capacidade militar de utilização destas armas, o que acentuaria a diferença, como será abordado no quarto capítulo.

3.3. O Vácuo entre Nuclearização e Capacidade Nuclear Efetiva

A execução de um programa nuclear com fins militares exige algum esforço político-financeiro de médio e longo prazo. Isto é, para desenvolver capacidades nucleares plausíveis, o proliferante passa por um estágio de fragilidade, vácuo, onde os estados rivais podem desejar a destruição do programa nuclear do primeiro, evitando que este obtenha capacidades nucleares militares. Dessa elaboração provém o risco de um ataque preventivo. O ataque preventivo normalmente segue o padrão do Figura 2, onde um país ataca o segundo relutando que este no futuro venha a se fortalecer e dificultar tal ação.

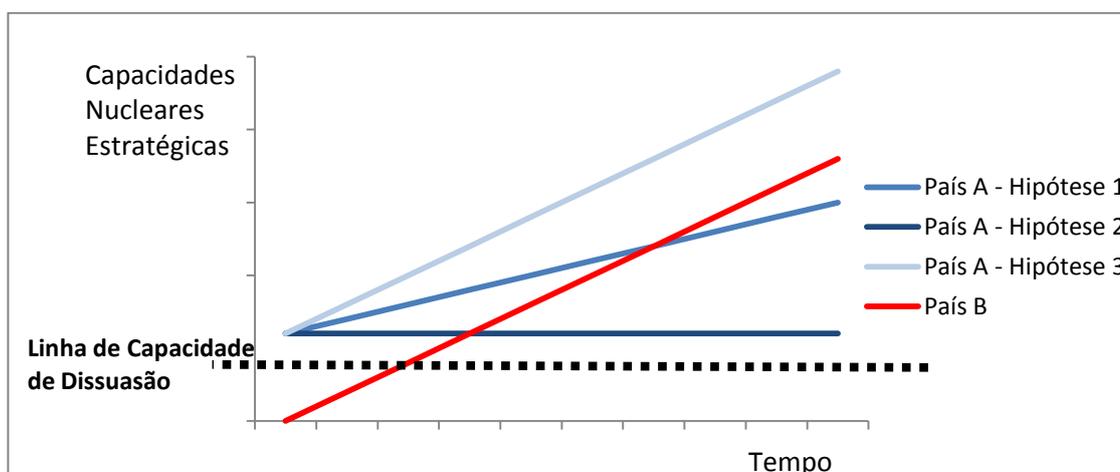
Figura 2: Situação propensa à Guerra Preventiva.



Fonte: Sagan e Waltz, 2003.

A abordagem de uma guerra preventiva, que vise negar a possibilidade de o segundo país atingir capacidades de dissuasão através de armas nucleares, o padrão de força antagonicamente comparado como na figura 2, não necessariamente se aplica. No argumento de Waltz, alcançado o nível crítico de capacidades de consequentemente de dissuasão, não importa o número de armas e a tendência de desenvolvimento destas (na Figura 3, hipóteses 1,2 e 3), mas o limiar que permite a dissuasão (SAGAN; WALTZ, 2003, p. 20-23). Nesse caso de guerra preventiva, o ataque deve antecipar-se à capacidade de dissuasão do adversário, como mostrado na Figura 3.

Figura 3: Situação de Guerra Preventiva com presença de proliferação nuclear.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Waltz afirma que, na medida em que mais estados adquirem capacidades nucleares, mais perigosos se tornam tais ataques. Da mesma forma, não necessariamente só países nuclearizados performarão ataques, países não nuclearizados também podem tentar evitar que rivais tornem-se nucleares (SAGAN; WALTZ, 2003, p. 18).

Dois estágios de desenvolvimento nuclear devem ser distinguidos: no primeiro, o país está em um estágio prematuro, onde obviamente não é capaz de produzir armas nucleares. No segundo, o país está em um estágio avançado de desenvolvimento nuclear, e o fato de ele possuir ou não armas nucleares é incerto. Todos os estados nucleares de hoje passaram por esses estágios. No entanto, até o ataque de Israel ao Iraque, ainda não havia ocorrido um ataque preventivo. Um ataque preventivo é mais promissor durante a primeira fase de desenvolvimento. Um país poderia atacar sem o medo de ser retaliado com armas nucleares. Mas essa ofensiva deveria ser forte o suficiente para desmantelar permanentemente as capacidades adversárias, pois, se não, o segundo país poderia continuar seu programa após o ataque. Logo, a medida deveria ser devastadora. Não sendo, o país deve estar preparado para repeti-la ou ocupar o território inimigo. Ambas as opções são proibitivamente difíceis. Com ataques repetidos, os riscos dos ataques sobem a cada ataque (SAGAN; WALTZ, 2003, p. 19-20).

Sagan corrobora com essa lógica afirmando que a possibilidade de um ataque preventivo aumenta à medida que militares tem mais voz ativa na tomada de decisões do estado, o que decorre da percepção militar de que a guerra é certa no longo-prazo e provável no curto, logo, a iniciativa é tendencial quando a tomada de decisões for militarizada (SAGAN; WALTZ, 2003, p. 54-55).

Caracterizado o iminente risco de ataque preventivo ao país proliferante, resta a este a capacidade de absorver o dano ou de dissuadir seus rivais do ataque. A dissuasão convencional difere da dissuasão nuclear em sua forma básica apesar de ter o mesmo objetivo norteador. De forma geral, a dissuasão convencional dissocia-se da nuclear por estar intrinsecamente ligada à defesa. Ela está baseada no princípio de negação e/ou punição. Busca elevar os custos e

baixas ao patamar mais elevado possível para que exceda as possibilidades de ganho, e obtenção de objetivos políticos e militares (MAZARI, 2000, pág. 2).

Ou seja, significa o aumento das capacidades militares convencionais de forma a tornar claro a seu inimigo os altos custos de engajamento e impossibilidade de retornos. Da mesma forma, simplificar a comunicação e percepção do adversário sobre os custos elevados de um eventual ataque é essencial para dissuasão. Onde os custos de dissuasão não aparentam ser desastrosos e impeditivos imediatamente, há maior possibilidade de erro de cálculo, ilusão de poder, ou mesmo comportamento estúpido. Por isso, a dissuasão convencional pode falhar e de fato, freqüentemente falhou (REED; WHEELER 1993, p. 35).

O Irã, por sua vez, como evidenciado acima, se insere nesse cenário de vácuo entre a nuclearização e a capacidade nuclear efetiva. Mais especificamente, ao que indicam os relatórios da AIEA (2011) e Cordesman (TOUKAN, 2009, p. 26-27), o país encontra-se no desfecho da primeira fase definida por Waltz, onde o país ainda não possui armas nucleares. Seguindo a analogia exposta, o país se encontra ameaçado por um possível ataque preventivo por parte de seus rivais, visando coibi-lo em suas pretensões atômicas⁸. Considerando que a dissuasão convencional surge como forma de o país manter a progressão de seu programa nuclear, sem ceder às pressões diplomáticas externas, ou sofrer um ataque preventivo, a comparação de capacidades se faz necessária.

A dissuasão convencional é apoiada e reforçada em políticas e conceitos estratégicos. Ao analisar a dissuasão convencional norte-americana a partir da década de 1990, Guertner aponta conceitos estratégicos que guiam a dissuasão, quais sejam: Superioridade Tecnológica, Segurança Coletiva, Agilidade Estratégica (rápida reação à agressão) e Defesa de teatro (defesa antiaérea estratégica) (GUETNER, 1992, p. 5-8). Quando o autor cita tais conceitos, ele reflete sobre a dinâmica estadunidense de segurança. Contudo, os mesmos

⁸ A análise destas possíveis interações segue no próximo capítulo. Notadamente os papéis de Israel, Arábia Saudita, demais países do Conselho de Países do Golfo (GCC), e Turquia, como possíveis agressores, e as capacidades iranianas de defesa.

servem de base para analisarmos o caso iraniano e quais atributos um possível agressor observaria em suas capacidades para ser dissuadido.

No tangente à superioridade tecnológica, o país luta desde a década de 1980 para modernizar suas capacidades militares, com sérias dificuldades. Com o programa nuclear e recursos sendo desviados para este fim, a situação das forças armadas iranianas não evolui em termos absolutos como projetado, e defasa-se comparativamente a outras forças. No tema da segurança coletiva, é provável que a maioria dos países lindeiros não se engaje diretamente contra o Irã, agora dificilmente pode-se vislumbrar uma coalizão de países alinhando-se ao Irã para protegê-lo. A Agilidade Estratégica pode ser considerada como um ponto dúbio: por um lado, o discurso de prontidão frente a um eventual conflito se repete no país e sua história recente contribui para o sentimento de ameaça externa iminente. Isso indica uma reação rápida do país em tal ocasião. Por outro, a divisão política interna, especialmente nas forças armadas, pode representar uma fraqueza nesse aspecto. Por fim, a Defesa de Teatro é relativamente precária. Dificilmente o país poderia suportar um ataque de mísseis balísticos pesado, bem como dificilmente lograria superioridade aérea de todo território simultaneamente, quando atacado.

A análise acima leva à conclusão de que a dissuasão convencional do Irã é falha. Essa percepção conta com ecos internos no país e está contemplada no debate doutrinário de sua política de defesa. Rumo o fim da década de 2000 – com a maior pressão externa sobre o programa nuclear do país (JANE'S, 2009), a doutrina de defesa baseada na contenção via *Bandwagoning* Seletivo e estratégias assimétricas (GANJI, 2005, p. 18) para o prosseguimento e conclusão rápida do programa nuclear – começou a esgotar-se. A percepção de que a doutrina fragiliza o país a curto-médio prazo pode indicar um recuo do Irã, inclusive em seus gastos militares (SIPRI, 2011), buscando uma reestruturação de sua política de defesa, que, ao cabo, não o coloque em xeque.

3.4. Possibilidades de Intervenção

A ineficácia da dissuasão convencional abre margem para uma série de ameaças de ataque preventivo ao Irã. Primeiro, como já mencionado e explorado brevemente, a possibilidade de um ataque convencional ao país para desabilitar suas plantas e programa nuclear como um todo. Toukan explora a possibilidade de um ataque Israelense ao Irã (TOUKAN, 2009). Porém, essa não é a única opção. A Arábia Saudita tem razões para não desejar um Irã nuclearizado, especialmente pela significância que isso teria para o subsistema de segurança do Golfo. Da mesma forma ocorre com os demais países de GCC, Barein, Kuwait, Omã, Qatar e Emirados Árabes Unidos, que podem ver isso como uma ameaça na região, especialmente devido sua relação próxima com os EUA. Outra ameaça, porém etérea, seria a Turquia, fosse por seu interesse como potência regional em não permitir a propagação nuclear, fosse como estandarte da OTAN agindo em nome da aliança militar.

Um problema de um ataque militar convencional às plantas nucleares, é que boa parte destas encontram-se no subterrâneo e protegidas por concreto reforçado. Isso pode comprometer a efetividade de um ataque convencional. Por isso, um ataque nuclear pode ser uma alternativa. No entanto, a antítese moral intrínseca ao ato de destruir um programa nuclear com armas nucleares poderia causar constrangimento e reações da comunidade internacional, o que fragiliza a alternativa.

Existe a possibilidade de ataques cibernéticos ao programa nuclear. Em 2011, vieram a público evidências que tal ataque já teria ocorrido ao programa nuclear iraniano entre 2009-2010, em três ondas de infestação. Esse ataque promovido através da disseminação do vírus Stuxnet logrou sucesso, ao que tudo indica. O vírus tinha como alvo as centrífugas de enriquecimento e o reator de Bushehr, ao infestar as redes e softwares controladores das centrífugas, o vírus alterava a rotação das mesmas inutilizando-as. Já em Bushehr ele mirava o sistema de arrefecimento do reator. Apesar de o reator apresentar atrasos na sua operação, oficiais iranianos negaram a ligação do fato com o vírus (KERR; ROLLINS, 2010, p. 4-5). De acordo com Ralph Langner, quem descobriu o ataque, o vírus danificou 984 centrífugas. O mesmo ainda indica que tal ataque foi

fruto do trabalho de um ou mais estados juntos, visto o grau de complexidade dos códigos (TAKAHASHI 2011). O relatório Symantec aponta para uma possível indicação de autoria de Israel, pois o código contempla vestígios de metáforas aludindo à tradição judaica (FALLIERE; MURCHU; CHIEN, 2011, p. 24). De fato, o ataque cibernético não eliminou o programa nuclear iraniano, mas conseguiu atrasá-lo em alguns passos. A dificuldade desse tipo de intervenção consiste na permanente necessidade de renitência dos ataques, se esses não forem capazes de atingir o programa em sua totalidade. Visto a complexidade de um ataque cibernético, torna-se uma opção aparentemente inviável no longo prazo, mas útil no curto e médio prazo, visando ganhar tempo e verificar outras possibilidades de ação. Como este ataque cibernético representou um acontecimento recente e inovador, a análise sobre este cenário ainda é precária, necessita-se de estudos mais aprofundados e focados neste ataque e suas consequências.

Outras abordagens, que não a intervenção direta, não podem ser excluídas para tentar interromper o programa nuclear iraniano. Quais sejam: sanções, incentivos econômicos e troca de regime. A aplicação de sanções, brevemente discutidas anteriormente, apesar de constituir o instrumento mais usual na abordagem de crises de segurança internacional, especialmente na ONU, não apresenta um grau satisfatório de efetividade. Além disso, Frank (2006) mostra que o grau de efetividade de sanções é maior quando aplicadas mais duramente e no curto prazo. Quanto maior o período de manutenção de sanções, menos efetividade elas apresentam, porque os países passam a se adaptar à situação (FRANK, 2006, p. 13). Além disso, Sagan argumenta que, no desenvolvimento de programas nucleares, as sanções os tornam mais caros, mas não impedem efetivamente seu desenvolvimento (SAGAN, 2006, p. 52).

Seguindo a mesma linha, Sagan sugere uma abordagem por incentivos, a chamada política de *Butter over Bombs*, onde incentivos econômicos e abordagem diplomática positiva recompensam as atitudes de conformidade com as exigências externas (SAGAN, 2006, p. 58). Já Ganji descarta que tal política funcionaria com o Irã, alegando que a questão securitária e nuclear é um consenso entre reformistas e conservadores, e tratada com prioridade frente ao apelo de desenvolvimento econômico (GANJI, 2005, p. 3).

Restaria ainda, de acordo com Toukan, a troca de regime. Ou seja, inflamar os grupos de oposição no país para lograr uma mudança no regime político Islâmico para outro, mais afeito aos valores, e principalmente, aos interesses ocidentais. Não só esta opção seria viável, como é uma das ameaças percebidas e temidas pelo regime islâmico (TOUKAN, 2009, p. 6).

O programa nuclear iraniano foi concebido como uma alternativa mais barata de lograr a segurança e estabilidade do regime. Porém, como descrito acima, o vácuo entre a nuclearização e a capacidade nuclear efetiva criou uma situação de fragilidade e ameaça externa ao país. Tendo mapeadas as principais formas e ameaças à política de defesa, e especialmente ao programa nuclear iraniano, nota-se que as capacidades convencionais dos países envolvidos ganham destaque, pois, além destas representarem a possibilidade de dissuasão do Irã, elas são também a base comparativa de análise de uma possível intervenção externa.

4. AS CAPACIDADES MILITARES CONVENCIONAIS DO GOLFO

4.1. As Capacidades Militares do Irã

Após discorrer sobre a formação da política de defesa, o programa nuclear iraniano e a implicação de ambos os temas correlatos, seguem uma descrição e uma análise das capacidades militares com as quais o país conta para se defender de uma eventual ameaça externa. Para isso, é importante também identificar as principais ameaças externas ao país e quais os atores envolvidos na dinâmica regional, especialmente no subsistema do Golfo.

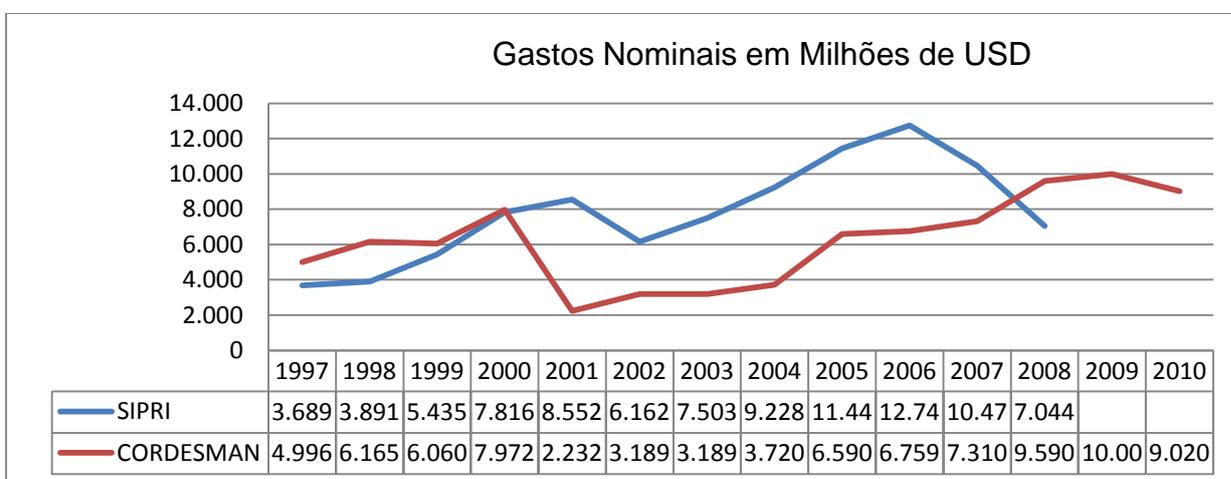
A análise se foca nos gastos militares do país e dos demais atores, e seus inventários, sendo a comparação entre os mesmos parte da abordagem. A análise de ordens de batalha não constitui o objeto central do capítulo; embora mencionadas ocasionalmente, não tem compromisso de apresentar-se de forma constante e simétrica a todos os atores e situações. No tangente à análise de inventários, realizado a partir dos relatórios IISS (2010) e World Armies (2009), vale ressaltar a variabilidade nos dados obtidos e a impossibilidade de argüir valores reais de prontidão, manutenção e eficácia, tanto dos equipamentos quanto do material humano, nos diferentes estados comparados. Se por um lado Waltz afirma que as armas nucleares conferem simplicidade à análise de custos e resultados (SAGAN e WALTZ, 2003, p. 9), as capacidades convencionais são extremamente complexas, e é difícil precisar seu rendimento e sua interação. Isso dificulta a análise dos dados e realização de comparações. Todavia, não me furto de realizar algumas observações nesse sentido, externando opiniões e percepções próprias referentes aos dados.

4.1.1. Gastos Militares do Irã

Os gastos militares do Irã, bem como nos demais dos países, em virtude de suas características econômicas, relaciona-se dinamicamente com os preços do petróleo no mercado internacional (IISS, 2010, p. 240). Progressões e regressões de gastos são identificadas de acordo com as possibilidades fiscais oferecidas pela commodity. Apesar da reformulação política ao final da década de 1980 e obstinação pela modernização das forças armadas do país, é possível

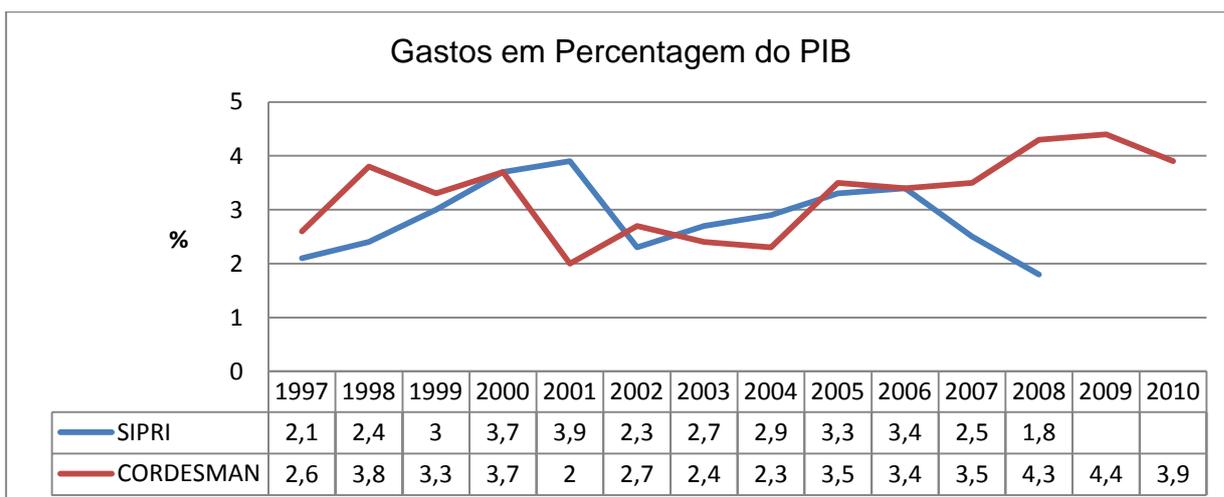
dizer que ao cabo de três décadas o país não logrou sucesso. Como discorrido nos capítulos anteriores, a busca por capacidades militares nucleares vem ao encontro dessa percepção (GANJI, 2005). Não obstante, surtos modernizadores de curto prazo, permitidos pelo preço do petróleo, tiveram importância na composição e na estrutura que as forças armadas iranianas apresentam no presente. A Gráfico 1 mostra a progressão dos gastos militares nominais do Irã e a Gráfico 2 mostra os Gastos Militares em relação ao PIB do país, ambos baseados nos dados SIPRI (2011) e WILNER e CORDESMAN (2011, p. 30)⁹,

Gráfico 1. Gastos Militares Nominais do Irã comparados.



Fonte: Elaborado pelo autor adaptado de: SIPRI (2011) WILNER; CORDESMAN (2011)

Gráfico 2. Gastos Militares em Percentual do PIB.

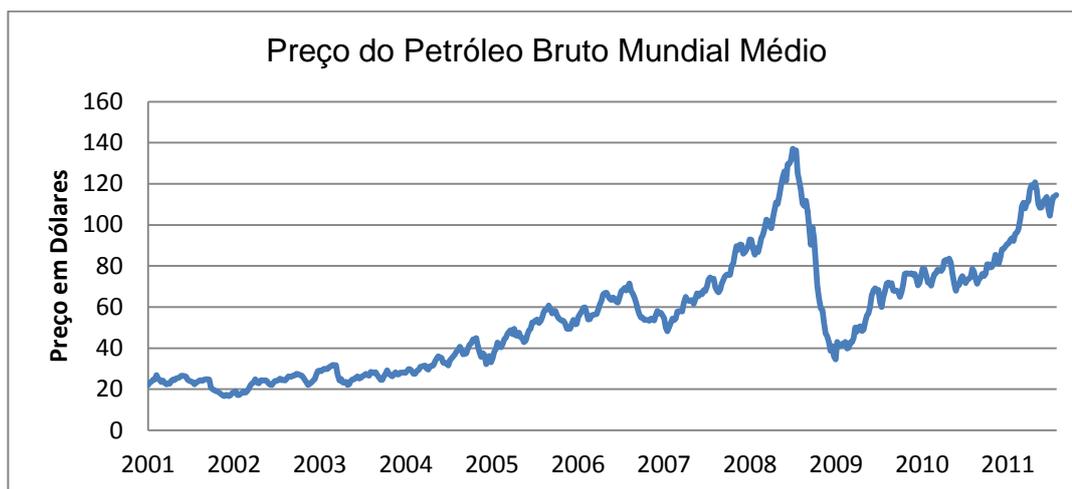


Fonte: Elaborado pelo autor adaptado de: SIPRI (2011) WILNER; CORDESMAN (2011)

⁹ Os dados apresentados por CORDESMAN são baseados, por sua vez, no IISS, Military Balance, 2011 e Jane's Sentinel series.

Independente da discrepância entre os valores das fontes é perceptível a tendência de retomada de investimentos a partir de 2001-2002, e maior expansão a partir de 2004-2005. Contudo, uma tendência de queda nos gastos é observada em ambas as análises nominais, em tempos diferentes, no entanto. Essa tendência de queda pode ser imputada a uma série de fatores. Primeiro, cabe apontar que, nesse caso, o preço do petróleo no mercado internacional não parece um fator dominante, pois excluído o pico e vale de 2009 (os preços, por barril, chegaram a variar entre US\$ 140,00 e US\$ 40,00 no mesmo ano) os preços mantiveram tendência de alta, ancorados em um patamar de US\$ 60,00 a partir de 2005, e alcançando os US\$ 100,00 ao final de 2010, como mostra a Gráfico 3.

Gráfico 3. Preço Médio do Petróleo bruto no Mercado Internacional.



Fonte: Elaborado pelo autor adaptado de: EIA (2010).

No entanto, essa desaceleração dos Gastos Militares Nominais pode estar vinculada à dificuldade e alocação dos recursos mediante as sanções impostas ao país pelo Conselho de Segurança. Apesar de apresentar uma indústria de defesa considerável, ela não é capaz de suprir o país em todas suas demandas (WILNER; CORDESMAN, 2011, p. 13-15). Dessa forma, é possível que o embargo de armas ao país possa ter contribuído nesse sentido.

Por outro lado, a crescente ameaça externa de intervenção ao país tem provocado a reflexão sobre sua Política e Estratégia de Defesa. O crescimento de investimentos em defesa ao longo da década de 2000, presumidamente em

grande parte direcionada ao programa militar, não se refletiu em proporcional aumento de segurança ao país em termos práticos, antes pelo contrário. Destarte, é plausível que a desaceleração dos investimentos em defesa seja correlata a reformulação e arrefecimento da estratégia não convencional. Cabe ressaltar que na análise percentual, os dados de WILNER e CORDESMAN (2011) indicam recrudescimento maior dos gastos em relação ao PIB até 2009, mas apresenta queda na última etapa de análise, podendo indicar a mesma tendência dos dados SIPRI (2011).

A economia iraniana é consagradamente baseada na extração de petróleo, no entanto, essa vantagem natural constitui também uma fragilidade. Apesar de o país contar com a terceira maior reserva e segunda maior produção de petróleo (bruto), ele apresenta sérios problemas por conta de seu alto consumo do produto e dependência externa de refino. O país produz em média 3,8 milhões de barris/dia, porém consome o equivalente a 1,7 milhões de barris/dia (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2010, p.4), o equivalente a aproximadamente 60% do consumo diário da Rússia e 20% do consumo diário da China (CIA FACTBOOK, 2011). Estima-se que a exportação de petróleo represente 80% do total de exportações do país, entre 40-50% do orçamento do estado, e entre 10-20% do PIB (GLOBAL SECURITY, 2011).

Já no tangente ao refino, o país importa cerca de 90% de sua gasolina e 10% de seu diesel; sua capacidade de refino, sob o comando da Companhia Nacional Iraniana de Refino e Distribuição de Petróleo, é de aproximadamente 1,5 milhão de barris/dia, o que não satisfaz a demanda interna. O país conta com um ousado projeto de duplicar essa capacidade até 2013, com ajuda de empresas estrangeiras da Ásia, Oriente Médio e Europa, especialmente China, EAU e Suíça (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2010, p. 5-6; GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE, 2010, p. 4-6). Porém, enquanto o projeto não se concretiza, os derivados do petróleo representam um contencioso importante para a segurança nacional. Um eventual bloqueio do influxo desses produtos via marítima, fechamento do golfo, ou um bloqueio terrestre, na sua fronteira ocidental e norte, representaria um dano considerável ao país.

4.1.2 *Inventário de Capacidades Militares do Irã*

A estrutura fragmentada das forças armadas iranianas compõe sua característica fundamental. Esta divisão e sobreposição entre Forças Armadas Regulares, IRGC e LEF refletem não só o paradoxo da defesa, mas o debate social em si. De forma geral, as Forças Armadas Regulares têm caráter organizacional semelhante às forças armadas ocidentais, abarcam a maior parte das capacidades militares do país e representam o braço mais robusto da defesa.

A IRGC, por sua vez, carrega em seu nome seu caráter legitimador do regime. Ela representa o regime em si: seu caráter religioso e desordenado era explícito quando da sua fundação. Com o tempo, porém, ela se profissionalizou e hoje apresenta estrutura mais hierarquizada e mais semelhante às Forças Armadas Regulares. A IRGC é responsável pelas capacidades mais contundentes e mais importantes na visão do regime, como mísseis balísticos e armas de destruição em massa, em especial, o programa nuclear. Seus oficiais, de forma geral, também desfrutam de cargos mais altos na estrutura governamental, o que ressalta seu papel destacado dentro das Forças Armadas.

Por fim, a Força de Implementação da Lei (LEF) estrutura-se como uma gendarmaria comum, porém, acrescida de um viés islâmico. Ela atua na coerção, controle social e proteção do regime (EISENSTADT, 2001). A Tabela 2 mostra, de forma objetiva, o inventário e a estrutura das Forças Armadas do país de acordo com o IISS (2010) e JANE'S World Armies (2009).

Além de conter as informações das duas fontes distintas a tabela de inventário é subdividida em Exército, Defesa Antiaérea, Marinha e Aeronáutica, bem como em Forças Armadas Regulares, IRGC e LEF analisadas separadamente. Os equipamentos foram escolhidos de acordo com a importância que estes representam na ordem de batalha do país.

Tabela 2. Inventário das Forças Armadas do Irã

		Forças Armadas Regulares		IRGC		LEF	
Fonte	IISS	World Armies	IISS	World Armies	IISS	World Armies	
Exército							
Contingente Ativo	350.000	350.000	125.000	100.000	40-60.000	--	
Tanques	1.613	1.620	--	--	--	--	
Blindados	1.250	1.400	--	--	--	--	
Artilharia	8.196	3.000	--	--	--	--	
Helicópteros	223	*	--	--	24	--	
Defesa Antiaérea							
Contingente Ativo	12.000	12.000	--	--	--	--	
Baterias Pesadas	205	29	--	--	--	--	
Baterias Médias	29	6	--	--	--	--	
Baterias Leves	30	95	--	--	--	--	
Melhores Sistemas	I-Hawk, SA-5, Rapier		--	--	--	--	
Aeronáutica							
Contingente Ativo	18.000	18.000	--	--	--	--	
Aviões de combate	312	237	--	--	--	--	
Melhores Aviões	F-14A MiG-29		--	--	--	--	
Transporte	104	101	--	--	3	--	
Helicópteros	34	340	--	--	--	--	
Mísseis Balísticos	--	--	24	60	--	--	
Melhores Mísseis	--	--	Shahab-3, Sajjil		--	--	
Marinha							
Contingente Ativo	18.000	18.000	20.000	20.000	--	--	
Aviação Naval	16	*	--	--	--	--	
Helicópteros	30	*	--	--	--	--	
Fragatas	4	4	--	--	--	--	
Corvetas	2	2	--	--	--	--	
Anti-Minas	5	1	--	--	--	--	
Submarinos Táticos	10	8	--	--	--	--	
Patrulha Costeira	146	185	50	--	130	--	
Fuzileiros Navais	2.600	--	5.000	--	--	--	

*Dados inseridos em Aeronáutica.

Fonte: IISS 2010; JANE'S World Armies 2009.

Avaliando as capacidades militares do país expostas na tabela, podemos identificar suas principais características, potencialidades e fragilidades. O

exército iraniano, e principalmente seu contingente convencional, representam uma virtude da defesa. O número expressivo do contingente total – por volta de quase 475.000, com possibilidade de mobilizar ainda cerca de 350.000 reservistas – constitui o bastião de defesa territorial iraniana. A qualidade e a tecnologia dos armamentos à disposição são relativamente precárias, apesar dos esforços de modernização das forças armadas. Isso confere um ponto fraco ao exército, porém, sua pujança de material humano tende a elevar a capacidade do mesmo, compensando em algum grau a ineficiência tecnológica. Cordesman caracteriza uma invasão americana ao território iraniano como, no mínimo, problemática (WILNER; CORDESMAN, 2011, p. 27). Isso demonstra a força do exército iraniano, especialmente em relação aos demais atores do Golfo.

A defesa antiaérea do país é parte importante da composição de sua defesa, contando com um efetivo de 12.000 soldados, só 33% a menos do que a aeronáutica toda. Isso mostra a ordem de importância conferida à Defesa Antiaérea. Por outro lado, apesar de vastas, suas capacidades reais são extremamente limitadas. Os sistemas principais empregados são o (I-)Hawk e o Rapier, contando com alguns SA-2 e SA-5. Porém, a efetividade desses sistemas pode estar comprometida pela falta de atualização e de sofisticação de sistemas. A fragilidade que esses sistemas obsoletos podem representar ao país é enorme em um caso de ataque aéreo, pois eles representam a defesa primária em caso de incursão hostil no território. A precariedade dos sistemas é percebida pelo governo iraniano, que buscou a compra do sistema S-300 russo (IISS, 2010). O equipamento não foi entregue, e não há notícias sobre a possibilidade disso acontecer, porém caso fosse concretizada a entrega, o cenário de suas capacidades poderia se alterar.

A Aeronáutica do país sofre das mesmas chagas das demais forças supracitadas: a incapacidade de modernização do equipamento. O país apresenta uma frota considerável de aviões, que vem se depreciando ao longo do tempo. A discrepância nos dados referentes aos aviões de combate reflete essa apreciação. O IISS indica otimismo na manutenção do equipamento, enquanto o WA é mais pessimista quanto ao estado de conservação, e conseqüentemente, quanto ao número de aviões em serviço. Não obstante, o país vale-se da sua

Frota de F-14 Tomcat e MiG-29 como principais representantes de sua capacidade de projeção aérea, aos quais somam-se os Su-24, Su-25 e Mirages (herdados do Iraque, na 2ª Guerra do Golfo) (CORDESMAN, 2004, p. 24-26). Os demais equipamentos cumprem função defensiva majoritariamente, pela qualidade e defasagem, dificilmente poderiam ser empregados ofensivamente de forma eficaz. As aeronaves mais significantes estão alocadas nas bases de Tabriz, Hamadan, Bushehr, Shiraz, Esfahan e Teerã. O país conta com tentativas de desenvolvimento, com tecnologia própria, de um caça nacional, o Saegheh. Consta que o país conta com três unidades do avião (IISS, 2010).

Os mísseis balísticos estratégicos apresentam destaque nas capacidades iranianas. Eles estão sob a tutela da IRGC e despontam como o setor mais proeminente da tecnologia bélica iraniana. O desenvolvimento do Shahab-3 e sua versão de combustível sólido Sajjil representam um marco da produção balística iraniana, reportadamente ambos possuem 1.200-1.500 km de alcance, e o Shahab-3 está sendo adaptado para portar ogivas nucleares. A produção balística iraniana pretende expandir-se e continuar a série Shabab, pelo menos até a sexta versão, pretendendo, com combustível líquido, ter alcance de até 5.500Km, capacidade que configuraria mísseis balísticos intercontinentais (ICBMs). A expectativa é de que o país logre sucesso de 3.000Km de alcance, até 2015 (WILNER; CORDESMAN, 2011, p. 83-84).

Após lançar um pequeno satélite em 2009 e posteriormente inaugurar um ambicioso programa de lançamentos de satélite, o país reforçou a desconfiança internacional. Isso se deve justamente pela aplicação similar que a tecnologia empregada em satélites pode representar para o desenvolvimento de ICBMs (WILNER; CORDESMAN, 2011, p. 83).

A relação entre o desenvolvimento das capacidades balísticas e o programa nuclear representa o ponto central de aplicabilidade de sua potencial política de dissuasão. A capacidade de entregar ogivas para além do Oriente Médio com eficiência ampliaria a capacidade de projeção de poder do país. Por outro lado, a concentração de seus silos de armazenagem e lançamento¹⁰ e

¹⁰ Silos instalados, especialmente, ao longo da fronteira ocidental e noroeste (TOUKAN, 2009).

ausência de submarinos estratégicos, prejudicam o país em sua capacidade de segundo ataque, logo, de dissuasão.

A Marinha do Irã, assim como o exército, é um dos pontos fortes de suas capacidades. O país apresenta uma marinha com potencial satisfatório de combate na superfície e conta ainda com uma capacidade apreciável de submarinos. Agrega-se a isso a capacidade de patrulha costeira que, tratando-se de um cenário reduzido como o Golfo, representa capacidades relevantes. O Irã possui equipamento e treinamento significativos para a execução de táticas assimétricas via marinha da IRGC, e possivelmente via Marinha regular. Em um combate no golfo e seus estreitos, as táticas assimétricas de mar tendem a aumentar vertiginosamente em importância, especialmente se considerado que, somente no Estreito de Hormuz, circulam diariamente cerca de 20% da produção de petróleo mundial (TOUKAN; CORDESMAN, 2009, p. 97).

Com suas capacidades assimétricas e de combate convencional, a marinha iraniana muito provavelmente é capaz de interromper o Estreito de Hormuz. Porém, há de se levar em conta o estrangulamento que tal estratégia traria para o próprio país. Por isso, esse dispositivo dificilmente seria empregado, provavelmente só como último recurso (CORDESMAN, 2004, p. 29-31).

O papel da IRGC aparece no inventário como sendo bastante concentrado em atividades específicas e contendo significativamente menos equipamentos do que as Forças Armadas Regulares. Isso reafirma o papel majoritário que as capacidades das Forças Armadas Regulares representam à Segurança Nacional e o papel fundamental que a IRGC abarca nos interesses de estado, concentrando as atividades militares de maior entusiasmo estatal sob sua tutela. De outra forma, a LEF, como demonstrado, não contempla material bélico vasto, restringindo-se a seu papel de gendarmeria e controle interno.

4.2. As Ameaças Externas à Segurança do Irã

Como abordado anteriormente, são várias as ameaças que o Irã identifica a seu regime. O antagonismo aos EUA é alimentado desde a própria Revolução Islâmica, e os americanos, por sua vez, não perdem oportunidades de minar o

regime islâmico. Por exemplo, quando da inauguração da Doutrina Bush de Guerra ao Terror, o Irã condenou os atos de 11 de setembro e ajudou na derrubada talibã no Afeganistão, porém, logo após foi enfileirado junto ao mesmo e ao Iraque, no Eixo do Mal (KHANNA, 2008, p. 301). Com a posterior invasão do Iraque em 2003, o cerco ao país tornou-se mais epidérmico. A política de dupla contensão (Irã-Iraque) no Golfo se voltou exclusivamente ao país, com a peculiaridade ainda de não ser executada exclusivamente pelos EUA, mas progressivamente delegada, de certa forma, à Arábia Saudita e às demais monarquias do Golfo através do fomento às suas capacidades militares, tornando-os na prática em protetorados estadunidenses (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 205).

Em 2002, o GCC firmou uma mudança no seu arranjo defensivo, passando de um arranjo de segurança comum para um arranjo de segurança coletiva. Esse fato essencialmente muda o cenário de um arranjo com valores e interesses em comum para um cenário de ajuda mútua frente à ameaça externa a quaisquer dos membros. Exatamente por isso que Barein, Kuwait, Omã, Qatar e Emirados Árabes Unidos, podendo agir como coalizão, tomam maior importância na dinâmica securitária do Golfo (TOUKAN; CORDESMAN, 2011, p. 12, 179).

A Arábia Saudita configura um rival especial nesse espectro. Irã e Arábia Saudita têm regimes islâmicos, porém, de ritos concorrentes: xiita e sunita, respectivamente. Trata-se, entre outros fatores, da afirmação de um modelo de regime islâmico frente ao concorrente, um republicano e xiita, e o outro monarquista e sunita. Ambos são os países que possuem as maiores reservas de petróleo no Golfo (e no mundo), e configuram os dois países mais proeminentes do subsistema, principalmente após 2003, com a invasão do Iraque. Os atritos do Irã com os EUA e as boas relações da Arábia Saudita com os Estados Unidos desenham linhas mais contundentes ainda a essa rivalidade, de forma que a nuclearização do Irã causa desconforto na Arábia Saudita, que já planeja fazer o mesmo, enquanto arma-se o quanto pode para defender-se do vizinho.

Israel coloca-se como a maior ameaça ao Irã após os EUA, na visão da República Islâmica. Além de representar um país relativamente mais desenvolvido e democrático na região, Israel representa diretamente o ocidente dentro do Oriente Médio. O Irã entende a presença israelense como uma ameaça

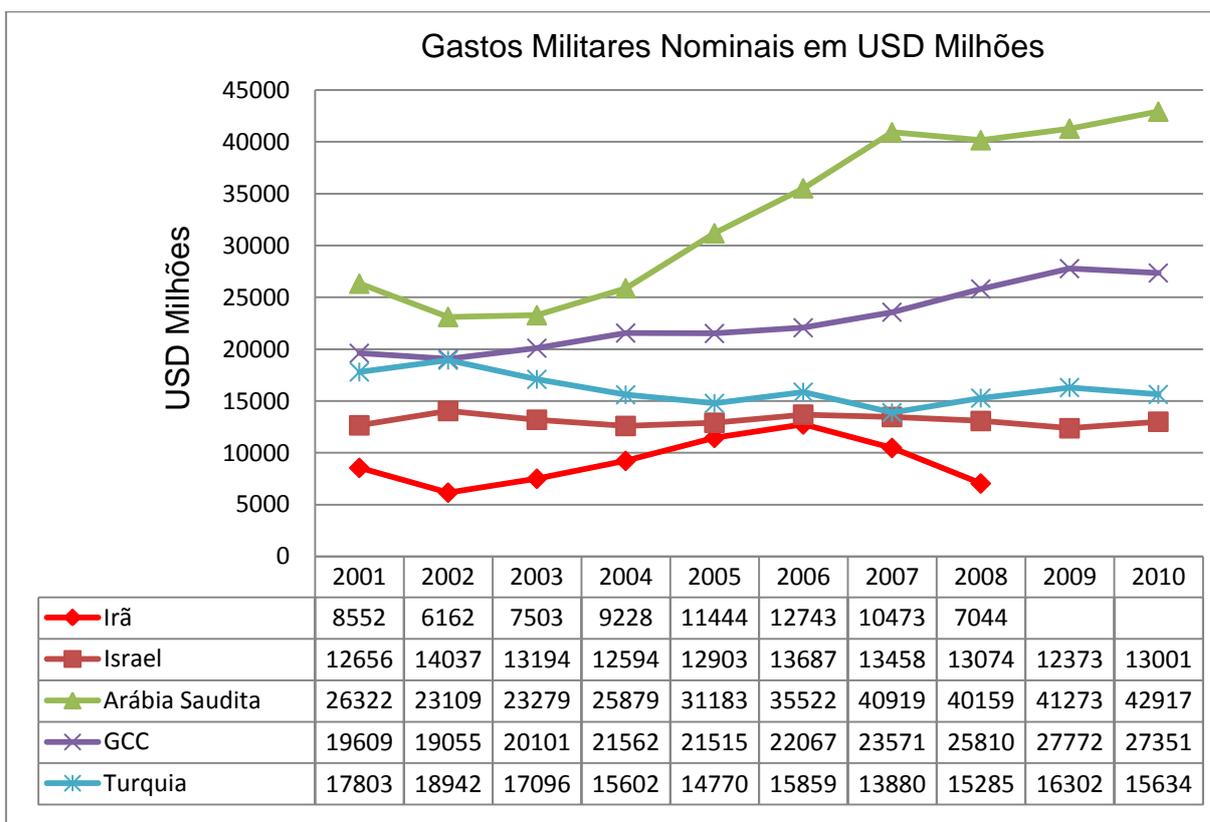
a sua predominância no Golfo (TOUKAN; CORDESMAN, 2011, p. 17-18). Entretanto, Israel não admite ver sua capacidade nuclear e sua posição estratégica no sistema de segurança regional desafiadas pelo Irã, aumentando vertiginosamente nos últimos anos o grau de hostilidade entre os dois países.

Por fim, a Turquia surge na região como postulante a potência. Após muito tempo de costas para o Oriente Médio e Ásia Central, a Turquia volta a buscar espaço e influência junto a seus vizinhos orientais (KHANNA, 2008, p. 74). No panorama securitário, a Turquia representa a fronteira iraniana com a OTAN, logo, se uma ameaça eminente do país for perceptível na região, é provável que a Turquia seja demandada a agir, como, por exemplo, no caso de um ataque preventivo às instalações nucleares. Por outro lado, a Turquia representa, além da OTAN, sua própria pujança militar. O país é não só o insulador do sistema regional de segurança (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 188-189), mas uma verdadeira barreira a quaisquer projeções de força em ambas as direções, também por isso sua importância securitária regional.

4.2.1. Os Gastos Militares dos Atores do Golfo

Definidos os principais atores do subsistema de segurança do Golfo, passamos para os Gráficos 4 e 5 para comparar a evolução dos gastos militares na região de acordo com o SIPRI (2011). Os Estados Unidos não serão inseridos na análise por sua óbvia superioridade militar em quaisquer termos. As pequenas monarquias do Golfo, Barein, Kuwait, Omã, Qatar e Emirados Árabes Unidos, serão tratados arbitrariamente como GCC, para facilitar a análise. Dessa forma, o foco da análise será: Irã, Israel, Arábia Saudita, GCC e Turquia.

Gráfico 4. Gastos Militares Nominais em Milhões de Dólares.



Fonte: Elaborado pelo autor adaptado de: SIPRI (2011).

O Gráfico 4 expõe claramente a dinâmica de gastos da última década no Golfo. O Irã, como supracitado, apresenta uma tendência de aumento de seus gastos principalmente a partir de 2003, porém, essa tendência é interrompida com a aproximação do final da década. Tanto Israel quanto Turquia apresentam orçamentos estáveis, que refletem seu posicionamento consciente e proeminente na região, porém com diferenças na alocação dos recursos, como fica explícito na análise de inventário, muito em função do caráter diverso de suas capacidades e do tamanho dos países.

Chama atenção nesse gráfico a evolução dos gastos promovidos por Arábia Saudita e países do GCC. Os gastos de ambos cresceram desproporcionalmente aos demais, demonstrando suas preocupações com a segurança do Golfo, especialmente frente à nuclearização do Irã e a possibilidade de um confronto com o mesmo.

A enunciada corrida armamentista do Golfo fica demonstradamente desequilibrada, e conceitualmente esvaziada. Pois mesmo que o Irã seja o propulsor dessa corrida, seus gastos permanecem muito aquém em relação ao aumento verificado na Arábia Saudita e GCC. Se, por um lado, isso pode ser consequência do programa nuclear iraniano, por outro, justifica as investidas alternativas do país, na busca por formas menos dispendiosas de ampliar sua segurança. No curto prazo, porém, fica evidente a crescente discrepância de forças que essa tendência gera no arranjo securitário do Golfo, tendendo o Irã a ser o maior perdedor de capacidades convencionais relativas.

O Gráfico 5 mostra uma diminuição constante dos gastos israelenses em relação ao PIB, mas que acontece de forma lenta e gradual e mesmo assim em um patamar relativamente alto (na banda de 6-8%) como historicamente apresenta. A Turquia mostra-se estável com uma diminuta tendência de queda, provavelmente vinculada ao crescimento econômico do país, mas ancorando-se logo abaixo dos 3%. O Irã segue a mesma lógica enunciada acima, mas com a peculiaridade de inserir-se na parte inferior do gráfico, não ultrapassando os 4%¹¹. Novamente nesse gráfico a peculiaridade fica por conta dos Países do GCC e Arábia Saudita. Os primeiros, apesar de constante aumento nominal, apresentam queda percentual. Pode-se deferir que esses países apresentaram um relativo aumento de sua economia na última década, de forma a sustentar uma dinâmica virtuosa de gastos em defesa crescentes, mas com peso relativo decrescente no PIB, apresentando porém uma tendência de alta ao final da década. Por fim, a Arábia saudita, além de sustentar altos gastos relativos na casa dos 8-10%, apresenta uma variação importante ao final da década, que pode ser traduzido como um aumento relativo dos gastos¹²,

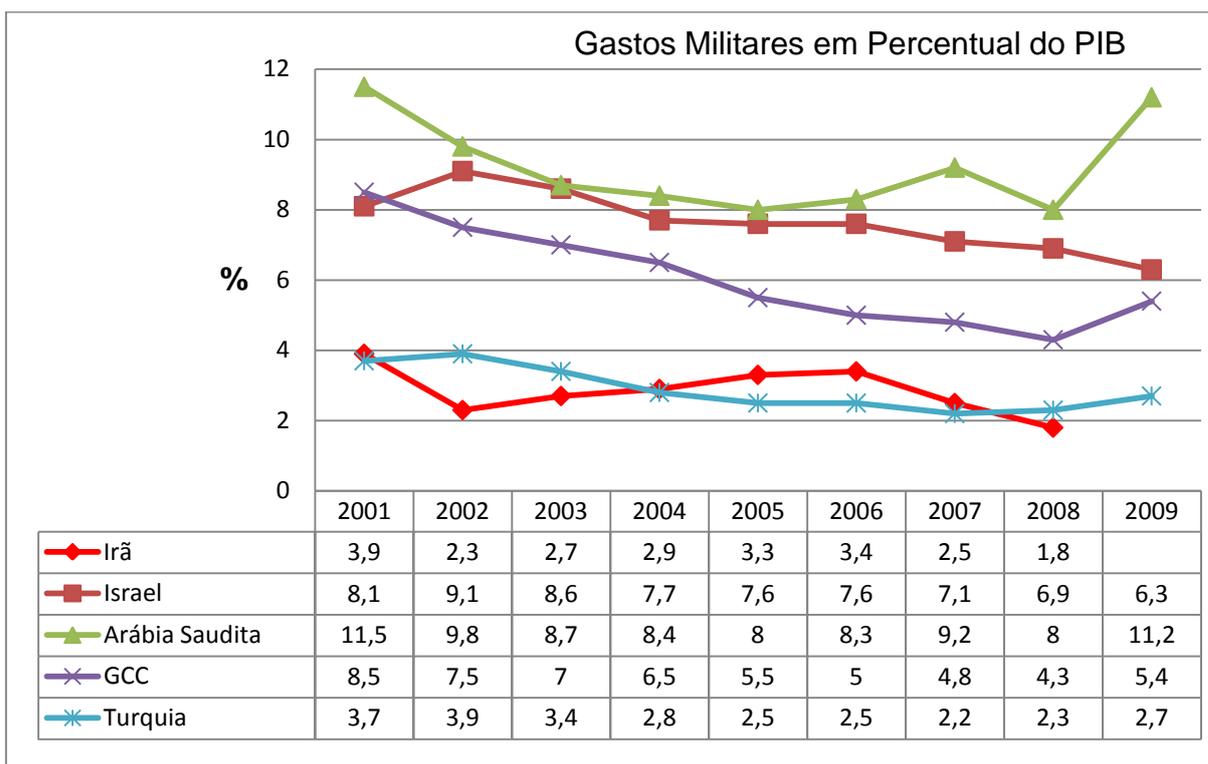
De forma geral, analisando os Gráficos dos Gastos Militares ficam mais evidentes as correntes tendências de *build-up* militar por parte dos países do GCC e Arábia Saudita, enquanto o Irã encontra-se travado na discussão interna

¹¹ Mesmo considerando as estatísticas de CORDESMAN, como no Gráfico 5 veremos que o país continua com gasto percentual inferior a média de GCC, Arábia Saudita e Israel.

¹² A diminuição do peso relativos dos gastos em 2008 pode estar ligada a ocasião de alta do petróleo no ano, o mesmo se aplica aos países do GCC, e em parte, ao Irã.

dos rumos de sua política de defesa, e com isso apresentando queda real nos seus gastos, seja porque estes ainda estão voltados para a conclusão do programa nuclear, ou realmente engajados no arrefecimento de sua ofensiva política na região. De qualquer forma o sugerido pelos dados não evidenciam uma corrida armamentista convencional entre Irã e seus adversários.

Gráfico 5. Gastos Militares em Percentual do PIB.



Fonte: Elaborado pelo autor adaptado de: SIPRI (2011).

4.2.2. O Inventário dos atores do Golfo

O inventário comparativo do Golfo tem objetivo de trazer à luz as capacidades reais dos atores do subsistema de segurança. A Tabela 3 corrobora neste sentido.

Tabela 3. Inventário comparado dos atores atuantes no Golfo Pérsico.

Países	Irã	Israel	Arábia Saudita	GCC	Turquia
Exército					
Contingente Ativo	475.000	133.000	175.000	94.500	402.000
Tanques	1.613	3.501	910	1.166	4.503
Blindados	1.250	10.419	4.137	945	4.293
Artilharia	8.196	5.432	945	1.173	7.450
Helicópteros	223	--	67	--	252
Defesa Antiaérea					
Contingente Ativo	12.000	--	16.000	--	--
Baterias Pesadas	30	48	25	19	96
Baterias Médias	29	--	21	17	--
Baterias Leves	30	25	--	305	191
Melhores Sistemas	I-Hawk, SA-5	Patriot PAC-2	Patriot	Patriot, I-Hawk	I-Hawk, Nike
Aeronáutica					
Contingente Ativo	18.000	34.000	20.000	15.000	60.000
Aviões de combate	312	435	280	349	426
Melhores Aviões	F-14A MiG-29	F-15, F-16	F-15, Tornado	F-16, F-18	F-16, F-5
Aviões de Transporte	104	42	45	56	77
Helicópteros	34	288	78	360	40
Mísseis Balísticos	24	107	30-50	36	72
Melhores Mísseis	Shahab-3, Sajjil	Jericho 1-3	CSS-2	ATACMS	ATACMS
Marinha					
Contingente Ativo	38.000	9.500	13.500	11.200	48.600
Aviação Naval	16	--	--	--	7
Helicópteros	30	2	35	--	21
Fragatas	4	--	7	3	23
Corvetas	2	3	4	6	--
Anti-minas	5	--	7	--	22
Submarinos Táticos	10	3	--	--	14
Patrulha Costeira	196	61	65	64	43
Fuzileiros Navais	7.600	--	3.000	--	3.100

Fonte: Elaborado pelo autor adaptado de: IISS 2010, JANE'S World Armies 2009.

Na comparação das Forças Terrestres, o Irã mostra-se, como já referido, fortemente amparado por suas numerosas fileiras. Sua quantidade de

equipamentos, e possivelmente a qualidade dos mesmos, ficam um pouco aquém da Turquia na comparação. Ambos constituem, porém, as forças terrestres mais numerosas da região, aludindo também ao tamanho significativo de sua população. Israel, apesar de contar com um contingente significativamente reduzido na comparação com os anteriores, conta com uma mecanização expressiva, aumentando assim a efetividade de seu exército. O país sempre foi reconhecido pela efetividade e até mesmo invencibilidade de seu exército em intervenções pontuais.

A Guerra no Líbano em 2006, no entanto, veio a desmitificar essa aura israelense. O combate travado no sul do Líbano contra o Hezbollah pode ser considerado uma derrota Israelense e uma vitória do aprimoramento das táticas assimétricas de combate financiadas pelo Irã. Ao longo da década, o Hezbollah preparou-se e aprimorou-se no combate assimétrico; o sucesso da resistência no Líbano serviu para a retroalimentação de aprendizado e de tecnologias de táticas assimétricas para o Irã, em um eventual ataque terrestre, que esse possa sofrer (LINDEMANN, 2010, p. 72-74).

A Arábia Saudita e GCC apresentam contingentes menos expressivos que os de Turquia e Irã, e menos equipados que os de Israel, permanecendo em um segundo degrau de capacidades terrestres no Golfo. Porém, visto que seus territórios têm população extremamente concentrada em poucos centros urbanos, é possível que mesmo com contingentes menos expressivos, estes se mostrem eficazes na defesa dos países.

Os sistemas de Defesas Antiaéreas da região são bem desenvolvidos como um todo. Israel conta com sistemas Patriot e Arrow integrados em um complexo que cobre a integralidade de seu território, com efetividade apurada. Os Países do GCC e Arábia Saudita seguem o mesmo rumo. Contam com sistemas Patriot e I-Hawk que garantem boa cobertura de seu espaço aéreo. O sistema Patriot conta com tal entusiasmo de efetividade que Dunnigan o classifica como tendo 100% de efetividade teórica (DUNNIGAN, 2003, p. 210-11). A Turquia tem como seus principais equipamentos o sistema I-Hawk e Nike, ambos de bom desempenho, e em quantidade considerável. O país mais precariamente suprido de baterias antiaéreas pesadas é o Irã, o que o representa uma debilidade grave

em sua defesa aérea. O país conta com sistemas I-Hawk da década de 1960, poucos SA-5 e baterias leves Rapier. Apesar de consideravelmente bons, os sistemas são carentes de manutenção e atualização, o que compromete sua efetividade. A aquisição do S-300 russo seria fundamental para o país incrementar suas capacidades de defesa antiaérea.

As Forças Aéreas da Região apresentam padrão similar. Israel possui uma frota extensa e bem aparelhada, somando mais de 400 caças entre F-15s e F-16s, capazes de realizar exercícios e incursões complexas envolvendo frotas imensas operando simultaneamente. A frota turca também ultrapassa 400 caças, tendo especial importância os F-16, e a peculiaridade dos F-5, que são produzidos domesticamente. A Arábia Saudita e GCC também vêm ampliando suas capacidades aeronáuticas, principalmente com caças norte-americanos recentemente adquiridos, engajando-se na modernização e corrida armamentista supracitada. O Irã, no entanto, apresenta uma frota aérea abaixo do nível de seus concorrentes no Golfo, apesar de contar com mais de 300 caças, é possível que só em torno de 60% destes estejam em condição de combate (TOUKAN e CORDESMAN, 2009, p. 17). Seus melhores equipamentos são os F-14 Tomcat e MiG-29, que correm riscos de ser sobrepujados pelas forças aéreas vizinhas, maiores e mais atualizadas.

O Programa de Mísseis Balísticos do Irã representa uma das suas áreas mais desenvolvidas, como abordado. O país vem desenvolvendo uma série de mísseis estratégicos visando aumentar sua projeção de força, especialmente uma vez adquirida capacidade nuclear. Os mísseis Shahab-3 e Sajjil são seus equipamentos mais eficientes, porém o país ainda pretende alcançar status de ICBMs. Israel também conta com sistemas de mísseis balísticos estratégicos significativamente avançados. A série Jericho-1, 2, 3 é capaz de alcançar, em sua terceira geração, até 3.500 km de distância e tem capacidade de portar ogivas nucleares (TOUKAN, 2009, p. 75). Os demais países encontram-se relativamente defasados frente aos dois primeiros, contando somente com mísseis de pequeno alcance.

E, por fim, a marinha iraniana apresenta força considerável no Golfo. Suas propriedades são ligeiramente maiores do que as sauditas, mas somadas à força

de submarinos e ainda às capacidades assimétricas, pode-se concluir que o Irã leva vantagem na comparação fria. Os países do GCC não apresentam força significativa, nem Israel, até pelo fato de suas forças, além de escassas, estarem longe do Golfo. A Turquia, por outro lado, possui capacidades extremamente fortes nesse quesito. Suas frotas de fragatas e submarinos são as mais expressivas entre todos, caracterizando a força marinha do país.

Com a análise do inventário transparecem as qualidades e as fragilidades dos países. O Irã apresenta virtudes especialmente vinculadas ao poderio e ao tamanho de seu exército, à tecnologia de seus mísseis balísticos estratégicos e ao equipamento sofisticado e ao tamanho de sua marinha. Soma-se a isso sua experiência e desenvolvimento de táticas assimétricas que podem ser empregadas eficientemente em mar e terra. Contudo, a fragilidade do espaço aéreo do país representa sua maior fragilidade, não só por seus equipamentos de defesa antiaérea e aeronaves obsoletas, mas sobretudo pela qualidade das forças aéreas e sistemas de defesa antiaérea dos atores concorrentes.

4.3. Reflexos das Capacidades Militares do Golfo à Segurança do Irã

Levando em consideração os conceitos discutidos no capítulo 3 de possibilidade de ataque preventivo gerado pela nuclearização, podemos especular algumas abordagens. Primeiro, o país é carente na proteção de seu espaço aéreo, logo um ataque a suas plantas de desenvolvimento nuclear pode ser viável. No entanto, as instalações são fortificadas e estrategicamente protegidas, o que tende a aumentar o nível de perdas de aeronaves e efetividade da defesa iraniana. Segundo, um ataque aéreo pode ser efetivo, mas não garante a interrupção indefinida da proliferação. Terceiro, qualquer que seja o ataque é provável que cause retaliação assimétrica por parte das redes terroristas financiadas pelo Irã, em especial o Hezbollah. Quarto, a disputa marinha pelos estreitos é dificilmente previsível, porém, o Irã possivelmente seja capaz de controlar o Estreito de Hormuz frente à Arábia Saudita e aos países do GCC, pelo menos por tempo limitado, mesmo que isso não componha sua estratégia imediata. E quinto, uma guerra ilimitada, visando tomar o país e mudar o regime estabelecido constitui uma estratégia muito mais complicada do que as incursões

anteriores da Doutrina Bush de Guerra ao Terror. A composição do exército de Israel, e principalmente seu desempenho em 2006, põe em questão se o país seria capaz de executar uma campanha do gênero. Os EUA possivelmente o seriam, mas os custos ainda permanecem altíssimos, bem como os riscos.

A análise não busca julgar ou positivar um ataque militar ao país. Porém a apreciação de tal evento é fundamental para a formulação da política de defesa e com este intuito foi promovida. As estratégias dos países relacionados ao Irã são diversas e não necessariamente incluem os cenários contemplados aqui. Por isso ressalta-se que a análise não visa estabelecer as interações como estratégias necessárias. O foco da análise só considera cenários possíveis e relevantes para a formulação da política de defesa do país.

Por fim, a capacidade de dissuasão que o Irã procura com seu programa nuclear pode ser questionável. Mesmo que ele obtivesse capacidade de transformar o material enriquecido em ogivas, produzisse imediatamente uma ogiva de 20kt, obtivesse os meios de entregá-la com efetividade em Tel Aviv, e capacidade de segundo ataque, é possível que os danos causados fossem suficientes para a dissuasão?

Calculando de forma geral, se a ogiva explodisse a 200m da superfície, haveria um raio médio de 0,6km de danos acima de 10dpi (com 98% vitimas fatais) (TOUKAN e CORDESMAN, 2009, p. 39). A área total afetada seria de 3,7km²,¹³ multiplicada pela densidade média de Tel Aviv (em seu anel inferior) 7.000 hab/km² ¹⁴. Verificar-se-ia aproximadamente 25 mil vítimas fatais.

É necessária a mensuração de quanto dano efetivo seria considerado inaceitável. Seriam 25 mil pessoas consideradas um dano inaceitável? O autor tende a considerar que sim, mas a ideia contrária é igualmente plausível. Proponho a reflexão do número de vítimas. Os EUA estariam dispostos a atacar o Afeganistão esperando os atentados de 11 de Setembro como retaliação (em

¹³ Excluindo-se as áreas adjacentes, e conseqüências da radiação, para facilitar o cálculo.

¹⁴ Censo populacional CBS, 2008.

torno de 3.000 vítimas)? Mesmo a alegoria não sendo similar, proporciona a reflexão das grandezas em volume de vítimas.

Em suma, a real ameaça do programa iraniano ainda é questionável, logo sua política de dissuasão também. A reformulação da política da defesa do Irã passa por esses termos. Se o país não for capaz de implementar um programa nuclear que tenha capacidade de entrega, segundo ataque e de infringir danos inaceitáveis, ele será ineficiente em gerar uma política de dissuasão, logo, não contribuindo para a segurança estatal, e sim prejudicando-a.

5. CONCLUSÃO

Ao longo de todo o trabalho exposto, o intuito do autor foi promover uma visão apurada das raízes e dos desdobramentos da política de defesa da República Islâmica do Irã, a partir de sua reformulação no final da década de 1980, até a presente crise, e possivelmente nova reformulação em curso.

A estrutura dualista da sociedade iraniana está presente em todas as esferas políticas do país. O debate sobre o depositário da soberania iraniana está no cerne dos problemas de estrutura do próprio estado. O país representa ao mesmo tempo um dos regimes mais democráticos do Oriente Médio e um regime teocrático fundamentalista sob a tutela do irmão oculto.

A dualidade constitui a característica mais marcante do arranjo institucional iraniano. O poder secular está constantemente relacionando-se e freqüentemente subordinando-se ao poder teocrático. A estrutura da defesa segue a mesma lógica.

O regime islâmico do Irã foi estabelecido na revolução de 1979 sob intensa instabilidade e tensão externa, especialmente devido a sua relação conturbada frente os EUA. Ao cabo de mais de três décadas, o regime ainda custa a se estabilizar e não consegue obter as capacidades de defesa as quais persegue há décadas visando ampliar seu sentimento de segurança frente às ameaças externas ao regime. Da mesma forma, o sentimento de instabilidade se traduz internamente e é ampliado pela estrutura dualista do regime islâmico, que não consegue saciar as necessidades e anseios de uma sociedade populosa e moderna.

A instabilidade e fragilidade da defesa do país foram percebidas pelo regime islâmico e se traduziram na busca constante pela modernização da defesa e das capacidades militares a partir do final da Guerra Irã-Iraque. Frente à incapacidade de promover um avanço acelerado das capacidades convencionais, a reformulação da política de defesa e de modernização das capacidades convergiu, em um segundo momento, para a política de defesa por capacidades não convencionais.

A política de defesa reestruturou-se buscando não só a segurança do regime, com capacidade de dissuadir um ataque externo, mas também no conceito de que o país depende exclusivamente de si no arranjo securitário regional e na perspectiva de ampliar sua projeção de poder regional. Para isso, a defesa foi estruturada em torno de capacidades convencionais, não convencionais e assimétricas, buscando, sobretudo, uma política regional de detente com os EUA através do *Bandwagoning Seletivo* (GANJI, 2005).

O programa nuclear iraniano insere-se nessa política de defesa alternativa, buscando via capacidades menos custosas a maximização de sua segurança, por meio de uma postura ofensiva de dissuasão nuclear. Graças ao apoio russo com tecnologia nuclear e bélica, o programa avançou em passos largos na última década.

A robustez que o programa iraniano ganhou a partir de 2000 começou a atrair atenção externa e preocupação frente a suas pretensões nucleares. Em um curto espaço de tempo, o país conseguiu estabelecer um processo de enriquecimento de urânio e processamento de plutônio invejáveis. Logrando, ao cabo da década de 2000, significativo material enriquecido a níveis de produção bélica.

O recrudescimento do debate internacional e a inconformidade, especialmente por parte de Israel, EUA, Arábia Saudita, com a possibilidade de um Irã militarmente nuclearizado, trouxeram novamente a política de defesa do país aos holofotes. A crescente possibilidade de um ataque preventivo às instalações nucleares do país expôs um paradoxo de sua política de defesa. A política da nuclearização, que buscava o incremento de segurança no médio prazo, acabou provocando um recrudescimento das ameaças externas. Somam-se a isso as capacidades militares convencionais insuficientemente providas, e forma-se um cenário temerário, onde a própria política de defesa do país põe sua segurança em xeque no curto prazo.

A reestruturação da política visando o incremento de segurança via capacidades não convencionais esbarra ironicamente na possível incapacidade iraniana em garantir, por meio de capacidades convencionais, a sanidade e defesa de suas plantas nucleares, e a conseqüente conclusão e expansão de seu

programa nuclear. Um ataque pontual, por outro lado, não impede a continuidade e a retomada do programa nuclear no médio prazo, devido à tecnologia internalizada e à formação interna de cientistas.

A tendência dos gastos militares iranianos, que subiram no meio da década, e chegaram ao fim da mesma com tendência de queda, podem refletir a percepção por parte do Estado de que o hiato criado pela nuclearização e sua potencial fragilidade de capacidades convencionais põem em risco a segurança do país. A desaceleração dos gastos pode refletir um arrefecimento da política ofensiva de dissuasão nuclear, visando diminuir a pressão externa sobre o Irã. Um recuo estratégico do país pode representar a normalização das hostilidades políticas no subsistema do Golfo e a inauguração de um novo rumo para a política de defesa iraniana.

A *build-up* militar no Golfo, por parte dos países da GCC, e especialmente, da Arábia Saudita, reflete o grau crescente de atrito e de ameaças que o país sofre devido a sua política de nuclearização. Até o final de outubro de 2011, quando a presente análise se encerra, os graus de hostilidade política rumam para seu ápice, e os ventos da guerra sopram no Golfo Pérsico. Isso pode evidenciar que possivelmente o recuo estratégico iraniano deu-se tardiamente. Por outro prisma, pode evidenciar também que o programa nuclear iraniano é simplesmente o estopim para uma intervenção objetivando a mudança do regime islâmico, pondo finalmente um fim à política de dupla contenção do Golfo Pérsico e à conclusão da Doutrina Bush de Guerra ao Terror.

Esse cenário envolveria uma intervenção amplamente mais agressiva e massiva no território iraniano, algo de viabilidade questionável, levando-se em conta que, se por um lado a defesa do espaço aéreo iraniano é relativamente precária, suas defesas marítimas e terrestres demonstram robustez considerável. O aprimoramento das táticas assimétricas da IRGC tanto em mar quanto em terra corroboram com a idéia de custos potenciais elevados de uma guerra ilimitada contra o regime islâmico.

Da mesma forma, como explicitado anteriormente, a real capacidade de dissuasão nuclear do Irã, mesmo que este possua ogivas e métodos de entrega e capacidade de segundo ataque são questionáveis. Isso expõe novamente que as

reais intenções que um ataque ao país poderia contemplar razões alheias ao programa nuclear.

Dessa forma, são amplas as possibilidades de desfecho para a presente crise gerada pela nuclearização do Irã, especialmente devido ao fato de que os novos rumos de sua política de defesa ainda não se delinearem claramente, e ao mesmo tempo parecem negligenciados pelos atores envolvidos.

Por fim, este estudo compôs uma visão ampla sobre a dinâmica de formação da política de defesa do Irã desde o final da década de 1980 até a nova reformulação presentemente em curso, um período extenso e com vários fatores inter-relacionados. O tema é complexo e extenso, mas a sua apreciação como um todo é essencial para compreender as dinâmicas em curso e os fatores que intercedem o processo.

Dentro desta abordagem, surge a possibilidade de mitigar diversos fatores, o que não foi realizado devido à falta de tempo e espaço, mas que ficam abertos para futuros estudos na área. Dentre os temas, podem ser abordados os seguintes pontos: aprofundamento analítico das relações políticas domésticas do país e sua formulação institucional dualista, uma análise mais extensa sobre o ataque cibernético ao programa nuclear iraniano e o que isto representa para a evolução das estratégias de guerra cibernética, e a própria simulação das possíveis interações entre as capacidades militares elencadas anteriormente – tanto nucleares quanto convencionais – dos atores do Golfo.

De forma geral o trabalho logrou explicitar a situação da mudança nos rumos da política de defesa iraniana com a progressiva exploração dos temas institucionais, do programa nuclear e estratégicos. Desta forma o trabalho constitui uma importante fonte na exploração mais aprofundada da formulação política de defesa do Irã, podendo servir de ponto de partida para diversas análises na área. Não resta dúvida que o tema além de controverso, contém amplo interesse estratégico e acadêmico, tendo este trabalho visado contribuir para a análise do mesmo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA, **Implementation of the NPT Safeguards Agreement and relevant provisions of Security Council resolutions in the Islamic Republic of Iran.** GOV/2011/54, 2011.

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA, **Implementation of the NPT safeguards agreement in the Islamic Republic of Iran.** GOV/2003/40, 2003.

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA, **Implementation of the NPT safeguards agreement in the Islamic Republic of Iran.** GOV/2003/63, 2003.

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA, **Communication dated 26 November 2004 received from the Permanent Representatives of France, Germany, the Islamic Republic of Iran and the United Kingdom concerning the agreement signed in Paris on 15 November 2004.** INFCIRC/637, 2004.

BUZAN B.; WAEVER O, **Regions and Powers: The Structure of International Security.** Cambridge: University Press, 2003.

CENTRAL BUREAU OF STATISTICS **Population Census – Tel Aviv-Yafo.** Tel-Aviv, 2008.

CHUBIN S.; TRIPP C. **Iran – Saudi Arabia Relations and Regional Order.** International Institutes for Security Studies. Londres. Adelphi. nº 304. 1996.

CORDESMAN, A. **Iran's Developing Military Capabilities.** CSIS, Washington, 2004.

CORDESMAN, A. **Iranian Weapons of Mass Destruction: Strategic and Warfighting Implications of a Nuclear Armed Iran.** CSIS, Washington, 2009.

CORDESMAN, A. **The New IAEA Report and Iran's Evolving Nuclear and Missile Forces.** CSIS, Washington, 2011.

CORTRIGHT, D; LOPEZ, G.A. Reforming Sanctions. In: MALONE, D. M. **The UN Security Council – From the Cold War to the 21st Century.** [S.L.], Lynne Rienner Publishers Inc., 2004.

DUNNIGAN, J. **How to Make War: a Comprehensive Guide to Modern Warfare in the Twenty-First Century** Nova Iorque: Editora Harper, 4ª Ed., 2003.

EISENSTADT, M. **The Armed Forces of the Islamic Republic of Iran.** In: Assessment Middle East Review of International Affairs, Vol.4 nº1, mar., 2001.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA) **Iran Energy Data, Statistics and Analysis: Oil, Gas, Electricity, Coal.** Country Analysis Brief, Jan, 2010.

FALLIERE, N; MURCHU L.O; CHIEN E **Symantec W32.Stuxnet Dossier.** [S.L.], 2011.

FARWELL J.P; Rohozinski R **Stuxnet and the Future of Cyber War.** Survival, vol. 53 no. 1, Londres, 2011.

FITZPATRICK, M **Assessing Iran's Nuclear Program.** Survival Vol. 48 nº3 Fall, 2008.

FRANK, R. **The Political Economy of Sanctions Against North Korea.** Asian Perspective, Vol. 30, No. 3, 2006.

GANJI B., **Main Current in Iranian Strategy Since 9/11.** Defense Academy of the United Kingdom, Camberley, 2005.

GLOBAL SECURITY **Oil-Iran.** Teerã, 2011. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/world/iran/oil.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2011.

GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE (GAO) **Exporters of Refined Petroleum Products to Iran** GAO-10-967R, Washington, 2010.

GUETNER, G. L. **Deterrence and Conventional Military Forces** SSI U.S. Army War College, Carlisle, 1992.

HASHEMI, N. **Religious Disputation and Democratic Constitutionalism: The Enduring Legacy of the Constitutional Revolution on the Struggle for Democracy in Iran.** Constellations Vol. 17, Nº1, Nova Iorque, 2010.

HIBBS, Mark, **Israel Will Make a Cost-Benefit Analysis of an Attack on Iran's Nuclear Facilities.** Deutsche Welle, 9/No., 2011. Disponível em: <<http://www.carnegieendowment.org/2011/11/09/israel-will-make-cost-benefit-analysis-of-attack-on-iran-s-nuclear-facilities/6zef>> Acessado dia 10/11/2011.

INDEX MUNDI, **Oil consumption:** bbl/day, 2011, Disponível em: <[http://www.indexmundi.com/map.aspx?lesson=y&v=Oil+-+consumption\(bbl%2Fday\)](http://www.indexmundi.com/map.aspx?lesson=y&v=Oil+-+consumption(bbl%2Fday))> Acessado em 23 de outubro de 2011.

IRAN WATCH **Iran's Nuclear Timetable** 2/Nov, Wisconsin Project on Nuclear Arms Control, Washington, 2011. Disponível em: <<http://www.iranwatch.org/ourpubs/articles/iranuclear timetable.html>>, Acessado em: 05/11/2011.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS) **The Military Balance 2010.** Londres, Routledge, 2010.

JANE's **Country Profile Iran 2009**. Londres, JANE's Information Group, 2009.

JANE's **Country Profile Saudi Arabia 2009**. Londres, JANE's Information Group, 2009.

JANE'S **World Armies: Iran 2009**. Londres, JANE's Information Group, 2009.

JANE'S **World Armies: Israel 2009**. Londres, JANE's Information Group, 2009.

JANE'S **World Armies: Saudi Arabia 2009**. Londres, JANE's Information Group, 2009.

JANE'S **World Armies: Bahrein 2009**. Londres, JANE's Information Group, 2009.

JANE'S **World Armies: Kwait 2009**. Londres, JANE's Information Group, 2009.

JANE'S **World Armies: Oman 2009**. Londres, JANE's Information Group, 2009.

JANE'S **World Armies: EAU 2009**. Londres, JANE's Information Group, 2009.

JANE'S **World Armies: Qatar 2009**. Londres, JANE's Information Group, 2009.

KAM, E., **A Nuclear Iran: What Does it Mean, and What Can be Done**. Tel Aviv: Kedem Ltd., 2007.

KARMON, E. **Iran and its Proxy Hezbollah: Strategic Penetration in Latin America**. Working Paper 18/2009, Real Instituto Elcano (RIE), Madrid, 2009.

KEOHANE R; NYE J. **Power and Interdependence**, Cambridge Press, 3ª Ed., Cambridge, 2001.

KERR P. K.; ROLLINS J.; Theohary C. A. **The Stuxnet Computer Worm: Harbinger of an Emerging Warfare Capability**. CRS Report, 9/Dec., Washington, 2010.

KERR, P. K. **Iran's Nuclear Program: Status**. CRS Report for Congress 29/Dec, Washington, 2009.

KRASNER S.D., Structural Causes and regime consequences: regimes as intervening variables, **International Organization** Vol. 36, spring, MIT, Massachusetts, 1982.

LINDEMANN, M. Laboratório de Assimetria: A Guerra do Líbano de 2006 e a evolução das Táticas Terrestres Iranianas, Ed. Sep-Oct, **Military Review**, 2010.

LOTFIAN, S. Nuclear Policy and International Relations, In Katouzian H.; Shahidi H. **Iran in the 21st Century**. New York: Routledge, 2008.

MEARSHEIMER, J., **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W. W. Norton, 2001.

MILHOLLIN, G. Building Saddam Hussein's Bomb **New York Times Magazine** 8/Mar, p. 32, Nova Iorque, 1992.

MORGENTHAU, H. J. **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace**, Nova York: Alfred A. Knopf, 5ª ed, 1978.

NEGROPONTE, J. Iran is Judged 10 Years From Nuclear Bomb. *Washington Post*, 2/Aug, 2005. In Squassoni, S. **"Iran's Nuclear Program: Recent Developments"** CRS Report for Congress, Washington, 2007.

OBAMA, B. H. **Letter to President Luís Inácio Lula da Silva**. Washington, 20/Abr, 2010.

OELRICH I.; BARZASHKA I. Deconstructing the meaning of Iran's 20 percent uranium enrichment. **Bulletin of Atomic Scientists** 19/may, 2010, Disponível em: <<http://www.thebulletin.org/web-edition/features/deconstructing-the-meaning-of-irans-20-percent-uranium-enrichment>> Acessado em: 07/11/2011.

OZKAN, M. **Significance of Turkey-Brazil Nuclear Deal with Iran**. University of Calcutta, online catalogue, 2010.

PETRAS, J. Ninguna persona razonable podría descontar el hecho de que el gobierno recibió una mayoría. **Rebelión**, Entrevista a Efraín Chury Iribarne 3/jul, 2009. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=88051>> Acessado em 23/11/2011.

POLLACK K.; TAKEYH R. Taking on Tehran. **Foreign Affairs**, Mar/Apr, 2005.

RASHID, A. **Taliban: Militant Islam, Oil and Fundamentalism in Central Asia**. New Haven: Yale University Press, 2000.

REED, T.; WHEELER M O. The Role of Nuclear weapons in the New World Order. In: **Future Nuclear Weapons Requirements**, Hearing Before the Defense Policy Panel and the Department of Energy Defense Nuclear Facilities Panel of the Committee on Armed Services. House of Representatives, 102º Congress 8/Apr 1992, Washington: Government Printing Office, 1993.

RUBIN U. **Missile Defense and Israel Deterrence Against a Nuclear Iran**, cap 4, INSS, Tel Aviv, 2008.

SAYIGH, Y. The Middle East in Comparative Perspective. In: HANELT C.P.; NEUGART F.; PEITZ M. **Europe'S Emerging Foreign Policy and the Middle East Challenge**. Munique, Guetersloh, 2002.

SADOWSKI, Y. Political Islam: Asking the Wrong Questions? **Annual Review of Political Science**, Vol. 9, p. 215-240, Chicago, 2006.

SAGAN, S., Why do States Build Nuclear Weapons? Three Models in Search of a Bomb. **International Security** Vol. 21, No. 3, (1996-7), 1997.

SAGAN, S. "How to Keep the Bomb From Iran", **Foreign Affairs** Vol. 85, No. 5, p. 45-59, 2006.

SAGAN, S.; Waltz K. **The Spread of Nuclear Weapons – A Debate Renewed**. New York: W W Norton & Company, 2003.

SCHELLING T. C. **The. Strategy of Conflict** Cambridge: Harvard University Press, 1980.

SECURITY COUNCIL, **Resolution 1929**, reunião 6335, ONU, 9/jul, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez Editora, 23ª Ed., 2007.

SNYDER, G. **Deterrence and Defense**. Princeton: Princeton University Press, 1961.

SQUASSONI, S. **Iran's Nuclear Program: Recent Developments** CRS Report for Congress, Washington, 2007.

STOKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE **SIPRI Milex Database**. Disponível em: <http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database>, Acessado em 05/09/2011.

SULLIVAN, P. US-Iran Relations since 9-11: A Monologue of Civilizations. **Alternatives: Turkish Journal of International Relations**, Vol.1, nº2, summer, Istanbul, 2002.

TAKAHASHI D., **Evidence suggests Stuxnet worm set Iran's nuclear program back**. Venture Beat, 15/Jan., 2011. Disponível em: <<http://venturebeat.com/2011/01/15/evidence-builds-that-stuxnet-worm-was-aimed-at-averting-war-over-irans-nuclear-weapons/>> Acessado em: 22/06/2011.

TILLY, C **Contention and Democracy in Europe, (1650-2000)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TOUKAN, A. **Study on a Possible Israeli strike on Iran's Nuclear Development Facilities**, CSIS, Washington, 2009.

TOUKAN, A. CORDESMAN A. **Iran, Israel and the Effects of a Nuclear Conflict in the Middle East**. CSIS, Washington, 2009.

TOUKAN, A. CORDESMAN A. **GCC - Iran: Operational Analysis of Air, SAM and TBM Forces**. CSIS, Washington, 2009.

VISENTINI, P. **Relações Internacionais da Ásia e da África**. Petrópolis: Vozes, 2007.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1979.

WILNER A. CORDESMAN A. **U.S. and Iranian Strategic Competition: The Gulf Military Balance**. CSIS, Washington, 2011.